



COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL

DO BÁSICO AO AVANÇADO

VOLUME XII

**O ESSENCIAL SOBRE  
ÉTICA ANIMAL**

UM RESUMO ESQUEMÁTICO  
DAS PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Luciano Carlos Cunha





COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL



DO BÁSICO AO AVANÇADO

VOLUME XII

**O ESSENCIAL SOBRE  
ÉTICA ANIMAL**

UM RESUMO ESQUEMÁTICO  
DAS PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Luciano Carlos Cunha



**COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL  
DO BÁSICO AO AVANÇADO**

**VOLUME XII**

**O ESSENCIAL SOBRE  
ÉTICA ANIMAL**

**UM RESUMO ESQUEMÁTICO  
DAS PRINCIPAIS DISCUSSÕES**

**Luciano Carlos Cunha**



## **SOBRE O AUTOR**

Doutor em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, coordenador geral no Brasil das atividades da organização [Ética Animal](#) e criador do site [Senciência e Ética](#). É também autor dos livros [Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente](#) e [Razões para ajudar: o sofrimento dos animais selvagens e suas implicações éticas](#). Publicou também capítulos em outras obras e artigos em periódicos especializados, que [podem ser lidos aqui](#).

Orcid: 0000-0003-3022-8121



## **SOBRE A OBRA**

Por meio da comparação dos argumentos das posições divergentes, este livro apresenta, de forma esquemática e resumida, um panorama geral das principais discussões na área de ética animal.

ISBN nº 978-65-01-77435-0

1ª edição

Outubro de 2025.

Esta obra faz parte da coleção *Uma Jornada pela Ética Animal: Do Básico ao Avançado*, coleção que tem como objetivo oferecer, com textos didáticos, porém aprofundados, uma análise das muitas questões discutidas na área de ética animal desde o seu surgimento até os dias atuais.

A produção deste trabalho foi financiada pela organização [Ética Animal](#).



## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>1. Tentativas de justificar a desconsideração pelos animais .....</b>	<b>8</b>
<b>2. A defesa da consideração por todos os seres sencientes .....</b>	<b>11</b>
<b>3. O debate sobre o critério da senciência .....</b>	<b>13</b>
<b>4. O dano da morte e as razões contra matar .....</b>	<b>16</b>
<b>5. Diferenças entre ambientalismo e consideração pelos animais .....</b>	<b>18</b>
<b>6. A situação dos animais selvagens e a proposta de ajudá-los .....</b>	<b>21</b>
<b>7. O debate sobre a proposta de ajudar os animais selvagens (parte 1) .....</b>	<b>23</b>
<b>8. O debate sobre a proposta de ajudar os animais selvagens (parte 2) .....</b>	<b>28</b>
<b>9. Quais critérios utilizar para ajudar de modo eficiente? .....</b>	<b>37</b>
<b>10. Quais problemas afetam as maiores quantidades de animais? .....</b>	<b>40</b>
<b>11. Conceitos centrais no debate sobre a importância do futuro .....</b>	<b>42</b>
<b>12. Identificando fatores de risco para os riscos-s .....</b>	<b>45</b>
<b>13. Estratégias longoprazistas: amplas e direcionadas .....</b>	<b>47</b>
<b>14. Mudando o debate público e as instituições políticas.....</b>	<b>50</b>
<b>15. Debates sobre estratégias de ativismo.....</b>	<b>52</b>
<b>16. Avaliando diferentes estratégias .....</b>	<b>55</b>
<b>17. Conclusão .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>

## Introdução

A ética animal é o ramo da ética que trata da moralidade das nossas decisões que afetam os animais não humanos. Neste material você encontrará um panorama geral, bastante introdutório e esquemático, das principais questões em discussão nesta área, desde o seu surgimento até os dias atuais. Em vez de focar em autores específicos, aqui é apresentado um resumo dos principais argumentos das posições em disputa em cada um dos tópicos apresentados, que são discutidos por um grande número de autores. Assim, é possível ter uma ideia mais ampla das várias abordagens possíveis nesta área.

Este volume XII serve como uma espécie de "guia resumido" dos principais tópicos que foram discutidos de maneira detalhada nos outros 11 volumes desta coleção. Como são muitos tópicos, cada um deles é aqui apresentado de maneira bastante resumida. Além disso, obviamente, vários outros debates foram deixados de lado (entretanto, a vasta maioria deles é discutida nos outros volumes desta coleção). Se você desejar se aprofundar, encontrará nas notas de rodapé referências para obras que também discutem cada tema. Além disso, no final de cada quadro esquemático que discute determinado assunto, entre parênteses está indicado onde na coleção o assunto é discutido em maior profundidade. Por exemplo:

<b>Tentativa de justificar a posição padrão</b>	<b>Críticas à tentativa de justificativa</b>
É natural e/ou tradicional desconsiderar os animais ( <a href="#">I</a> , cap. <a href="#">8</a> e <a href="#">9</a> ).	Do fato de um comportamento ser natural ou tradicional não se segue que necessariamente seja bom, justo, desejável, ou sequer que seja aceitável.

"([I](#), cap. [8](#) e [9](#))" indica que o assunto é discutido em profundidade nos capítulos 8 e 9 do Volume I da coleção. O link disponível nos números redireciona para esses locais específicos.

Este volume é uma boa opção para quem nunca leu sobre ética animal e deseja entender o que está em discussão em cada um dos debates antes de se aprofundar sobre o tema nos outros volumes. Também é uma boa opção para quem já leu todos os outros volumes da coletânea e deseja recapitular resumidamente as principais discussões. Por isso o título *O essencial sobre ética animal*.

## 1. Tentativas de justificar a desconsideração pelos animais

Os animais [são explorados e mortos pelos humanos](#) todos os dias para as mais diversas finalidades. São usados como [alimento](#), [vestuário](#), [modelo de testes](#), para [entretenimento](#), [lazer](#) e como [trabalhadores ou ferramentas](#). Tal uso, além de causar suas mortes, na maioria das vezes também causa-lhes intenso sofrimento, desde o momento do nascimento até o momento em que são mortos. Apesar dos danos que essas atividades acarretam para os animais, a posição padrão é a de que tal uso está plenamente justificado. A seguir está um resumo do debate sobre este tópico<sup>1</sup>. De um lado, estão as tentativas de justificar a posição padrão<sup>2</sup> e, de outro, as críticas que têm sido levantadas contra essas tentativas<sup>3</sup>.

Tentativa de justificar a posição padrão	Críticas à tentativa de justificativa
Esses animais não pertencem à espécie humana. ( <a href="#">I</a> , cap. <a href="#">2</a> ).	Isso não explica por que pertencer à espécie humana é relevante para a consideração moral
Esses animais não pertencem à espécie que nós pertencemos. ( <a href="#">I</a> , cap. <a href="#">2</a> )	Isso não explica a relevância do critério da espécie. O critério da espécie pode ser arbitrário, como são os critérios da raça e do gênero, por exemplo.
Esses animais não possuem almas imortais e não foram criados à imagem e semelhança de uma divindade. ( <a href="#">I</a> , cap. <a href="#">3</a> ).	Não é possível comprovar essas alegações. Mas, mesmo que fosse, o argumento não explica por que cumprir esses requerimentos seria relevante para receber consideração moral
Esses animais carecem de certas capacidades e relações, e até mesmo do potencial para desenvolvê-las. Por exemplo, não têm noção de certo e errado, de justiça, de direitos, não têm relações políticas conosco etc. ( <a href="#">I</a> , cap. <a href="#">4</a> e <a href="#">5</a> ).	O argumento não explica por que a posse dessas características seria relevante para a consideração moral. Por exemplo, há humanos que também não as possuem (bebês, por exemplo) ou que sequer possuem o potencial para desenvolvê-las (como vítimas de certas doenças que incapacitam durante toda a vida) mas isso não parece justificar desconsiderá-los.

<sup>1</sup> A discussão detalhada sobre esse debate foi o tema do [Volume I desta coleção](#).

<sup>2</sup> Ver Callicott (1980), Carruthers (1992), Scruton (1996) e Machan (2002).

<sup>3</sup> Ver Sapontzis (1984), Singer (1991), Horta (2007) e Cunha (2021, p. 33-56).



Esses animais não pertencem à mesma espécie dos seres que têm aquelas capacidades e relações (I, cap. 6).	Isso não explica a relevância, nem do critério das capacidades/relações, nem do critério da espécie. O argumento já assume de antemão ambas as coisas.
O critério da espécie é justo porque faz referência a características biológicas (já os critérios da raça e do gênero seriam injustos porque se tratam de construções sociais). (I, cap. 7).	O fato de um critério ser baseado em características biológicas não o torna justo. Por exemplo, um sistema de escravidão baseado na altura ou na cor da pele seria baseado em características biológicas. Entretanto, seria tão injusto quanto qualquer outra forma de escravidão. O mesmo vale para a escravidão baseada em espécie.
É natural e/ou tradicional desconsiderar os animais (I, cap. 8 e 9).	Do fato de um comportamento ser natural ou tradicional não se segue que necessariamente seja bom, justo, desejável, ou sequer que seja aceitável.
A ética é uma criação humana. Portanto, todas as visões são igualmente arbitrárias, e não precisamos justificar o que fazemos. (I, cap. 11).	O fato de uma área do conhecimento ter sido criada não implica que todas as posições nessa área sejam arbitrárias. Em ética, por exemplo, há posições que são tendenciosas na consideração dos danos e benefícios sobre os indivíduos afetados e outras que não são.
A ética é uma atividade humana. Como os animais não são capazes de agir moralmente, não devem ser considerados. (I, cap. 10).	Os beneficiários de certa atividade não necessariamente têm que ser capazes também de exercê-la. Exigir que, para alguém receber consideração moral, também tem de ser capaz de agir moralmente, é como exigir que, para alguém ser atendido por um médico, também tem que ser médico.
Os humanos inventaram a ética para se proteger. Portanto, está justificado desconsiderar aqueles indivíduos que não têm poder de nos ameaçar. (I, cap. 12).	Não está provado que a ética surgiu por autointeresse. E mesmo que tivesse, isso não implica que essa concepção de ética está correta. Uma coisa é <i>descrever</i> como surgiu certa atividade. Outra é <i>justificar</i> certa visão nessa atividade. Por exemplo, os primeiros astrônomos tinham certas convicções que, com o tempo, se revelaram equivocadas. O mesmo vale para a ética.

<p>Humanos são capazes de sofrer em maior grau, devido ao alto grau de cognição. Portanto, o tratamento padrão dado aos animais não humanos está justificado.</p> <p>(II, cap. 9).</p>	<p>Mesmo se fosse esse o caso, o fato de um tipo de indivíduo sofrer em maior grau não implica que está justificado desconsiderar os indivíduos que são capazes de sofrer em menor grau. Além disso, também é possível questionar a tese de que um maior grau de cognição implica sofrimento maior. Isso será assim em certas situações (por exemplo, só alguém que entende que será morto daqui a alguns dias sofrerá por antecipação), mas não em outras (por exemplo, um animal que é capturado para ser medicado e entra em pânico por achar que será morto). Além disso, um menor grau de cognição normalmente vem acompanhado de maior vulnerabilidade, o que nos dá razões para dar a esses indivíduos uma proteção maior<sup>4</sup>.</p>
<p>Só importam os ecossistemas e as espécies, e não os indivíduos.</p> <p>(V, cap. 10, VI, cap. 14).</p>	<p>O que está em jogo em questões de consideração moral é a possibilidade de, com nossas decisões, afetarmos positiva ou negativamente os atingidos por elas. Por isso, os indivíduos deveriam ser o centro da consideração moral, pois são eles que são passíveis de ser prejudicados e beneficiados.</p>
<p>Há autoridades morais (religiosas ou de outro tipo) que aprovaram a exploração animal. Logo, a exploração animal está justificada.</p> <p>(I, cap. 13).</p>	<p>O fato de uma autoridade aprovar determinada prática não implica que ela esteja necessariamente certa. O que teria de ser analisado são as razões que a autoridade em questão ofereceu para tentar justificar a prática. Entretanto, essas razões serão plausíveis ou implausíveis, quer tenham sido oferecidas por uma autoridade ou por qualquer outra pessoa. A vontade de uma autoridade não tem poder de tornar bom um argumento ruim. Portanto, é completamente irrelevante saber se quem ofereceu um argumento é ou não uma autoridade. O que importa é saber se o argumento que ofereceu é ou não sólido.</p>

<sup>4</sup> Essa questão é discutida em detalhes em Rollin (1989).

## 2. A defesa da consideração por todos os seres sencientes

Veremos agora os principais argumentos em defesa da consideração moral dos animais não humanos<sup>5</sup>. Todos esses argumentos convergem para a conclusão de que todo ser *senciente* (isto é, todo ser capaz de sofrer e desfrutar) deveria receber *consideração moral plena* (e não apenas *alguma* consideração, mas em nível menor). Veremos também algumas questões relacionadas a esses argumentos. Na presente seção não discutiremos ainda as críticas que têm sido feitas à ética centrada na senciência, nem como os seus proponentes a têm defendido. Isso será feito na próxima seção.

Argumento	O que diz o argumento
Argumento da sobreposição <sup>6</sup> . (II, cap. 2).	Se a falta de certas capacidades e relações em certos humanos não justifica tratá-los pior do que os humanos que possuem essas capacidades e relações, então a falta dessas capacidades e relações nos animais não humanos não justifica tratá-los pior do que os humanos.
Argumento da relevância <sup>7</sup> . (II, cap. 1).	O que está em jogo em questões de consideração moral é a possibilidade de nossas decisões prejudicarem ou beneficiarem os afetados. Logo, devem receber consideração moral todos aqueles passíveis de ser prejudicados e beneficiados. A senciência é o que faz com que alguém seja capaz de experimentar as coisas como positivas ou negativas (logo, é uma condição necessária e suficiente para alguém ser passível de ser prejudicado e beneficiado). Portanto, a senciência é o que é relevante para a consideração moral
Princípio da igual consideração <sup>8</sup> . (II, cap. 5).	Não devemos ser tendenciosos na atribuição do peso do bem de cada indivíduo. O que importa é a magnitude dos prejuízos e benefícios, e não fatores que não resultam de mérito ou demérito (como a espécie, raça ou gênero aos quais alguém pertence). Benefícios e prejuízos de mesma magnitude devem receber o mesmo peso, independentemente da espécie, raça ou gênero de quem os receberia.

<sup>5</sup> Para uma discussão detalhada, ver o [Volume II desta coleção](#).

<sup>6</sup> Ver Ehnert (2002) e Horta (2014).

<sup>7</sup> Ver Horta (2018) e Cunha (2021, p. 57-61).

<sup>8</sup> Ver Singer (2002 [1993], p. 29-35) e Cunha (2022).

Argumento da imparcialidade <sup>9</sup> . (II, cap. 10).	Uma decisão justa deve ser imparcial (isto é, não pode ser tendenciosa). Uma decisão é imparcial se for a que escolheríamos se não soubéssemos qual posição ocuparíamos entre os afetados. Se não soubéssemos se nasceríamos como humanos ou como animais não humanos, não consideraríamos justo o modo como os animais são tratados atualmente. Logo, o modo como os animais são tratados atualmente não é justo.
<b>Questões relacionadas</b>	
Como testar se estamos sendo tendenciosos em relação aos animais? (II, cap. 11)	Podemos perguntar se manteríamos a mesma decisão: (1) se não soubéssemos a espécie dos afetados; (2) se não soubéssemos a espécie a qual pertencemos; (3) se as vítimas fossem humanas; (4) se tivéssemos que receber os prejuízos que ela causa para alcançar os benefícios obtidos por ela (ou, para que outros indivíduos alcancem esses benefícios).
E quanto aos animais que não temos certeza se são sencientes? (II, cap. 13).	Devemos aplicar o <i>princípio do benefício da dúvida</i> . Isso porque, se um animal é senciente, e agirmos como se ele não fosse, o dano resultante é maior do que se o animal não for senciente e nós o tratarmos como se ele fosse. Em resumo, o princípio do benefício da dúvida sugere errar para o lado da precaução.
Se dermos igual consideração, como decidir questões de prioridade? (II, cap. 8).	Alguns exemplos de critérios: (1) quanto pior a situação do indivíduo, maior sua prioridade; (2) quanto maior a quantidade de indivíduos em uma situação ruim, maior a prioridade; (3) quanto maior o tamanho do benefício possível de ser causado a quem está em uma situação ruim, maior a prioridade; (4) quanto maior o impacto positivo que um ou mais indivíduos teriam dali para frente se forem ajudados, maior sua prioridade.
Nem sempre o dano maior deveria receber prioridade (por exemplo, se quem padece do dano merece-o) (II, cap. 6).	Mesmo que isso faça sentido, não poderia justificar deixar de priorizar os animais não humanos quando padecessem do dano maior, uma vez que, para alguém merecer o dano do qual padece, precisa ser um agente responsabilizável e ter violado alguma regra que o faça merecedor do dano. Esse não é o caso dos animais não humanos, uma vez que não são agentes responsabilizáveis (o mesmo vale para os bebês e para humanos que carecem de certas capacidades cognitivas, por exemplo).

<sup>9</sup> Ver Rowlands (2009 [1998]).

### 3. O debate sobre o critério da senciência

Vimos na seção anterior os principais argumentos a favor de uma ética centrada na senciência. Entretanto, assim como qualquer outra visão, a ética centrada na senciência também recebe muitas críticas<sup>10</sup>. A seguir, está um resumo das principais críticas<sup>11</sup> ao critério da senciência, e também as respostas<sup>12</sup> que os seus defensores têm oferecido a essas críticas.

<b>Crítica</b>	<b>Como a crítica tem sido respondida</b>
Há outras coisas para além do sofrimento/prazer que afetam o bem-estar (como a satisfação de preferências e obter bens objetivos como conhecimento, relações especiais etc.). ( <a href="#">VI</a> , cap. 5; <a href="#">XI</a> , cap. 2).	O critério da senciência diz apenas quais seres possuem um bem-estar. O critério não se compromete necessariamente (ainda que seja compatível) com a tese de que o bem-estar se resume à sofrimento/prazer. Também é compatível com a tese de que o bem-estar inclui também, por exemplo, a satisfação de preferências e bens objetivos.
O critério da senciência só faz sentido em uma ética utilitarista. ( <a href="#">II</a> , cap. 7).	O critério da senciência diz apenas quais seres devemos considerar, sem se comprometer com uma maneira específica de determinar a ação correta. De fato, este critério tem sido incorporado pelas mais variadas teorias e correntes da ética contemporânea <sup>13</sup> .
O critério da senciência é antropocêntrico, pois busca nos animais uma similaridade com humanos (a senciência). ( <a href="#">VI</a> , cap. 2)	O critério da senciência não defende que devemos considerar os animais sencientes porque se parecem com humanos, e sim, porque são passíveis de ser prejudicados e beneficiados.
O critério da senciência comete uma discriminação baseada nos reinos, pois exclui quem não pertence ao reino animal ( <a href="#">VI</a> , cap. 3).	Ser senciente não é o mesmo que ser um animal. Há animais não sencientes (como as esponjas, por exemplo) e no futuro poderá haver seres sencientes não animais (por exemplo, se a senciência em meios digitais for possível). O critério prescreve considerar todos os seres sencientes, independentemente de pertencerem ou não ao reino animal.

<sup>10</sup> O debate sobre o critério da senciência é o tema do [Volume VI desta coleção](#).

<sup>11</sup> Ver por exemplo Callicott (1980) e Rolston (1999).

<sup>12</sup> Ver por exemplo Saponztis (1984), Singer (2002 [1993], cap. 10) e Cunha (2021, p. 71-98).

<sup>13</sup> Este foi o tema do [Volume XI desta coleção](#).



Há danos que não necessariamente causam sofrimento, como o dano da morte. Logo, o critério da senciência está errado. (VI, cap. 4).	Aceitar o critério da senciência não implica afirmar que a única forma de dano é o sofrimento. Por exemplo, um ser senciente também é prejudicado se é impedido de experimentar o que lhe seria positivo (que é o que acontece quando morre, por exemplo).
Há danos que não causam sofrimento nem impedem alguém de desfrutar algo positivo (como, por exemplo, se alguém for violentado enquanto está inconsciente e quando acordar não se lembrar de nada). O critério da senciência não levaria tais danos em consideração. (VI, cap. 5).	O critério da senciência diz que os seres passíveis de ser prejudicados são os que possuem consciência, mas não afirma necessariamente que todas as formas de dano, ou causam sofrimento, ou impedem experiências positivas (ainda que seja compatível com essa visão). O critério da senciência também é compatível com a visão de que um ser senciente é prejudicado quando tem suas preferências violadas (sejam as que de fato possui, ou as que teria se fosse racional e tivesse as informações relevantes sobre o que está ocorrendo).
O critério da senciência exclui os invertebrados. (VI, cap. 6).	Há muitos invertebrados que satisfazem os critérios para a senciência, como cefalópodes, crustáceos decápodes, muitos tipos de insetos e aracnídeos, e talvez gastrópodes, bivalves e até mesmo vermes nematodos <sup>14</sup> .
O critério da senciência é melhor do que o antropocêntrico pois inclui um número maior de seres. Pela mesma razão, o critério da vida é melhor do que o da senciência. (VI, cap. 15).	O número de seres considerados, por si só, não mostra que um critério é melhor do que outro. Teria que ser mostrado que os seres vivos não sencientes são, de fato, passíveis de ser prejudicados e beneficiados.
Seres vivos não sencientes também são passíveis de ser prejudicados, pois sobrevivem sob certas condições e perecem sob outras. (VI, cap. 17 e 18).	O fato de um organismo sobreviver ou perecer dependendo das condições não mostra que necessariamente é prejudicado ou beneficiado dependendo da condição em que se encontra, pois isso por si só não mostra que <i>há alguém</i> naquele organismo experimentando certos estados como positivos e outros como negativos.

<sup>14</sup> Ver Ética Animal (2019).

Os seres sencientes usam a sensação da dor para evitar o que os mataria e, por meio das sensações positivas, sabem quais coisas contribuem para permanecerem vivos. Logo, a senciência é apenas um meio para preservar a vida, que é o que realmente tem valor em si. (VI, cap. 16 e 19).	O fato de almejarmos permanecer vivos não implica que a vida biológica possua valor <i>em si</i> . Normalmente, pensamos que estar vivo é bom porque nos permite ter experiências valiosas. Não vemos tais experiências como possuindo valor meramente instrumental a permanecermos vivos. Em vez disso, estar vivo é bom porque permite essas experiências. Se pensássemos que a vida biológica possui valor em si, manteríamos que há algo de bom em permanecer como um corpo vivo sem nenhuma possibilidade de experiências (e nem de voltar a tê-las), e inclusive quando só pudéssemos experimentar sofrimento extremo e nada mais.
E, se o critério da senciência estiver errado? Se entidades não sencientes (como plantas, ecossistemas, espécies etc.) forem consideráveis, está justificado prejudicar os seres sencientes se isso for necessário para preservá-las. (VI, cap. 14).	Mostrar que uma entidade é moralmente considerável não é o mesmo que mostrar que ela deve ter prioridade. Mesmo que entidades não sencientes fossem consideráveis, há razões para, em casos de conflito, priorizar os seres sencientes. As principais razões são duas: (1) apenas seres sencientes são capazes de experimentar sofrimento (2) apenas no seu caso a morte impede experiências positivas. Esses são danos particularmente graves, que nenhuma entidade não senciência é passível de padecer.
O critério da senciência valoriza apenas seres que possuem uma <i>subjetividade</i> . Então, assume que valores são subjetivos (isto é, que não há certo/errado quanto a valores). (VI, cap. 7).	Isso é confundir dois sentidos do termo "subjetivo". Algo pode ser subjetivo no sentido de fazer referência à consciência. Algo pode ser subjetivo no sentido de não haver uma verdade objetiva a seu respeito. Entretanto, uma coisa não implica necessariamente a outra. Por exemplo, poderia ser dito que a felicidade tem <i>objetivamente</i> valor em si e que o sofrimento tem <i>objetivamente</i> desvalor em si.
Se plantas forem sencientes, tanto faz comer animais ou plantas, certo? (VI, cap. 21).	Se plantas também fossem sencientes, o que se segue é o frugivorismo, e não que é certo comer, tanto animais quanto plantas. Uma analogia: a constatação de que humanos e outros animais são sencientes implica o veganismo, e não que está certo comer, tanto animais quanto humanos.

#### 4. O dano da morte e as razões contra matar

Uma posição comum é a de que não há nada de errado em matar certos tipos de animais, desde que a morte seja indolor<sup>15</sup>. A seguir estão listadas as principais tentativas de justificar essa posição<sup>16</sup> e as críticas<sup>17</sup> a essas tentativas:

<b>Tentativa de justificar matar certos animais</b>	<b>Críticas à tentativa de justificativa</b>
A morte não os prejudica porque não entendem o que é a morte. (III, cap. 2).	Isso é confundir <i>ser prejudicado</i> com <i>ter consciência do prejuízo</i> que terá. A morte priva alguém de continuar a desfrutar daquilo que lhe seria positivo, e isso é independente de o indivíduo entender ou não o que é a morte.
A morte não os prejudica porque não possuem desejos orientados para o futuro. (III, cap. 2).	A morte impede alguém de desfrutar aquilo que de positivo experimentaria caso não morresse, e isso independe de esse alguém possuir ou não desejos orientados para o futuro. Por exemplo, suponha que duas crianças se divertirão em um passeio amanhã, mas apenas uma delas é grande o bastante para entender o conceito de amanhã e formar um desejo de ir no passeio amanhã. Entretanto, se ambas morrem hoje, ambas são prejudicadas.
São pouco prejudicados com a morte porque não são capazes de prazeres intelectuais, e estes são mais valiosos. (III, cap. 4).	Mesmo que esse fosse o caso, não fundamentaria a conclusão. O que teria de ser mostrado para fundamentar a conclusão é que prazeres não intelectuais não são valiosos (e não que prazeres intelectuais são mais valiosos). Além disso, também é questionável a tese de que todo prazer intelectual é mais valioso. Por exemplo, reencontrar depois de 20 anos um ente querido desaparecido parece ser mais valioso do que muitas atividades intelectuais.
Comê-los beneficia-os, pois os faz nascer, e a morte de um é anulada pelo nascimento de outro. (III, cap. 8 e 9; IV, cap. 7).	Se isso justificasse matar alguém, então todos os pais teriam direito de matar os filhos, desde que fizessem nascer outros para substituí-los. O mal de matar alguém que já existe é mais grave do que deixar de produzir novos seres, pois no primeiro caso já há um indivíduo que é prejudicado, enquanto que no segundo caso o que há são apenas inúmeras possibilidades futuras de seres sencientes.

<sup>15</sup> O dano da morte para os animais não humanos foi o tema do [Volume III desta coleção](#).

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, Cigman (1981).

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, Horta (2007, p. 537-777).

<p>São pouco prejudicados com a morte porque possuem uma conexão psicológica fraca com o seu futuro (pois suas mentes são mais simples). O grau de conexão psicológica depende do grau de memórias, intenções, desejos, etc. em comum entre dois instantes. (III, cap. 9).</p>	<p>Duas críticas:</p> <p>(1) O fato de suas mentes serem mais simples pode implicar uma <i>maior</i> conexão psicológica, pois os seus conteúdos mentais variariam menos, e então a <i>proporção</i> de conteúdos mentais em comum nos diversos momentos seria maior (ainda que a <i>quantidade</i> de conteúdos em comum possa ser menor).</p> <p>(2) Possuir um alto grau de conexão psicológica (ou mesmo alguma conexão psicológica) não é necessário para alguém ser bastante prejudicado com a morte. Por exemplo, se alguém viveu pouco, e teria pela frente um futuro com experiências bastante positivas, parece que é prejudicado em alto grau se morrer (devido à morte impedir essas experiências), e isso independe do grau de conexão psicológica que teria com o seu eu futuro.</p>
<p>A morte os beneficia porque suas vidas, seja na exploração, seja na natureza, seriam repletas de sofrimento. (IV, cap. 6).</p>	<p>Essa constatação jamais poderia justificar a exploração animal. Pelo contrário, dá razões para aboli-la, pois ela produz novos seres que terão vidas repletas de sofrimento. Ela também não poderia justificar "deixar a natureza seguir o seu curso". Pelo contrário, ela dá razões para tentar prevenir que os animais nasçam na natureza em contextos nos quais suas vidas seriam repletas de sofrimento.</p>
<p>A morte não os prejudica se tiverem pouco tempo pela frente (por serem idosos ou por conta de seu lifespan curto). (III, cap. 10).</p>	<p>Alguém ter pouco tempo de vida pela frente não implica que a morte lhe será pouco prejudicial. O tempo que lhes resta pode ser muito valioso. Isso já é amplamente reconhecido no caso humano. Além disso, é possível que animais com cérebros menores (como insetos) tenham uma percepção subjetiva mais rápida do tempo. Assim, o que nos parece pouco tempo de vida talvez não seja.</p>
<p>Se houver vida após a morte, a morte não os prejudica, mesmo que sua vida aqui seja boa. (III, cap. 13).</p>	<p>Há incerteza: (1) sobre se há ou não vida após a morte; e (2) sobre se, caso houver, se ela será pior ou melhor do que a atual. Por outro lado, sabemos como será provavelmente a vida do indivíduo se continuar vivo. Assim, a incerteza sobre ambos os pontos não pode justificar matar animais que possuem uma vida boa.</p>

## 5. Diferenças entre ambientalismo e consideração pelos animais

O termo "ambientalismo" é aplicado a visões muito diferentes entre si. Por vezes, é utilizado em referência às posições que visam preservar o meio ambiente enquanto recurso para os humanos ou para os animais de outras espécies. Em outras é utilizado em referência às posições que defendem que certas entidades não sencientes (como ecossistemas e espécies, por exemplo) possuem valor *em si*, e não, enquanto recurso. No que se segue, utilizaremos o termo "ambientalismo" nesse segundo sentido, pois são essas perspectivas<sup>18</sup> que são normalmente confundidas com a defesa dos animais, e a presente seção tem como objetivo explicitar suas diferenças<sup>19</sup>. Boa parte da confusão ocorre devido à não percepção de quais são as metas finais de cada uma dessas visões (isto é, quais coisas são valorizadas *em si*) e quais coisas são valorizadas *apenas enquanto meio* para alcançar essas metas. O quadro a seguir explicita as metas finais de cada uma dessas posições:

Posição	O meio ambiente deve ser mantido...
Antropocêntrica	Na configuração que for melhor para os humanos
Centrada na senciência	Na configuração que for melhor para seres sencientes em geral
Ambientalista	Em determinadas configurações*, mesmo que isso seja pior para os seres sencientes em geral

\*Cada variante do ambientalismo valoriza configurações distintas<sup>20</sup>. Exemplos de critérios utilizados são: o grau de complexidade, de raridade, o tempo com que levou para se formar, o quanto pouco foi modificado por ações humanas e seu grau de propriedades estéticas.

A maior parte dos programas e das legislações que dizem respeito a animais selvagens possui metas ambientalistas. Isso se deve, em parte, à predominância da ideia de que os animais individualmente não importam (e sim apenas os ecossistemas e as espécies). Nesses programas, os animais serão prejudicados ou beneficiados dependendo do que for mais eficiente para alcançar as metas ambientalistas<sup>21</sup>. Entretanto, é comum que os programas ambientalistas sejam equivocadamente entendidos como visando beneficiar os seres sencientes. Os quadros a seguir esclarecem as principais confusões sobre essa questão.

<sup>18</sup> Para exemplos dessas perspectivas, ver Callicott (1980) e Rolston (1999).

<sup>19</sup> Esse foi o tema do [Volume V desta coleção](#). Sobre isso, ver também Dorado (2019).

<sup>20</sup> Essas muitas variantes são representadas na coletânea organizada por Zimmerman et. al. (1993).

<sup>21</sup> Para uma discussão sobre esses programas, ver Shelton (2004) e Faria (2012).



Crença comum equivocada	O que realmente cada posição almeja
<p>Ambientalismo e defesa animal almejam o bem dos animais, mas discordam dos meios para alcançar essa meta: o ambientalismo concorda com matar uma minoria para salvar a maioria e a defesa animal discorda. Quando programas ambientalistas matam animais, o fazem porque essa é a única maneira de salvar muitos animais daí para frente (essa é a sua meta). (V, cap. 2 e 8).</p>	<p>Ambientalismo e defesa animal possuem metas diferentes. A defesa dos animais valoriza <i>em si</i> o bem-estar dos seres sencientes. O ambientalismo valoriza <i>em si</i> entidades não sencientes, como ecossistemas ou espécies. A meta do ambientalismo é manter os ecossistemas em certas configurações que valoriza, mesmo que isso não seja o melhor para os seus habitantes. A meta dos programas ambientalistas não é salvar seres sencientes (seja maioria ou minoria). Já entre os defensores dos animais, há tanto quem defende matar uma minoria se essa for a única maneira de salvar uma maioria, quanto quem rejeita essa posição.</p>
<p>A defesa animal é centrada nos indivíduos, e o ambientalismo é centrado no "todo" (como espécies e ecossistemas). Isso significa que o ambientalismo prioriza salvar a maioria dos seres sencientes, mesmo que para isso seja necessário matar uma minoria (pois prioriza o todo), e a defesa animal se opõe a isso (pois prioriza o indivíduo). (V, cap. 2 e 8).</p>	<p>Consideração por indivíduos não implica necessariamente priorizar um indivíduo frente a vários. Quer dizer apenas que o foco da consideração moral são os seres sencientes (isto é, os indivíduos), e não, entidades não sencientes. Isso é compatível tanto com posições que priorizam salvar a maioria quanto com as que priorizam a minoria em certas condições (por exemplo, por estarem em uma situação pior). Da mesma maneira, consideração pelo "todo", tal como presente no ambientalismo, não é a consideração pela maioria (ou por indivíduo algum). É a consideração pela espécie enquanto entidade abstrata (e não por seus membros) e por ecossistemas (e não por seus habitantes).</p>
<p>A defesa animal defende ajudar os animais selvagens sem se preocupar com as consequências, e o ambientalismo prescreve não ajudá-los por receio de que fazê-lo possa causar ainda mais sofrimento. (V, cap. 4).</p>	<p>A diferença entre essas posições não tem a ver com uma delas considerar o longo prazo e outra não. Ambas podem considerar o longo prazo. O que as diferencia são suas metas. Afirmar que certa ajuda não deveria ser conduzida porque poderia causar mais sofrimento em longo prazo é uma preocupação com os seres sencientes (portanto, não é uma preocupação ambientalista).</p>

<p>Apesar das diferenças, ambientalismo e defesa animal convergem na prática, pois os animais precisam do meio ambiente, e o ambientalismo visa preservá-lo. (V, cap. 3).</p>	<p>Isso ocorrerá em alguns casos, mas não em outros. É possível preservar o meio ambiente nas mais distintas configurações. As configurações almejadas pelo ambientalismo muitas vezes não coincidem com aquela que é melhor (ou mesmo boa) para os animais.</p>
<p>Quanto maior o grau de equilíbrio ecológico e de biodiversidade, melhor para os animais. É por isso que os ambientalistas almejam tais coisas: porque sua meta é o bem dos animais. (V, cap. 5).</p>	<p>O ambientalismo valoriza o equilíbrio ecológico e a biodiversidade não por preocupação com o bem dos animais. Valoriza essas coisas em si, ou como meio para manter os ecossistemas em certas configurações (estas sim, valorizadas em si). Além disso, muitas vezes um maior grau de equilíbrio e/ou de biodiversidade não coincidem com o que é melhor (ou mesmo minimamente bom) para os animais. Esses conceitos são baseados, respectivamente, na variação no tamanho das populações ao longo do tempo e na diversidade de espécies. Isso não indica que o bem-estar dos animais nessas situações é necessariamente positivo.</p>
<p>O ambientalismo é cientificamente informado pela ecologia, enquanto a defesa animal é anti-científica. (V, cap. 6, VII, cap. 19).</p>	<p>Na verdade, qualquer visão normativa precisa ser bem informada cientificamente pois, do contrário, não alcançará as metas que busca. A ecologia é uma ciência que descreve como se dão as interações nos ecossistemas. Esse conhecimento pode ser utilizado para tentar buscar metas ambientalistas, mas também pode ser utilizado para tentar beneficiar os seres sencientes.</p>
<p>Se for mostrado que ecossistemas e espécies possuem valor em si, está justificado matar os animais para preservar espécies e ecossistemas e também que é errado ajudar os animais quando vítimas de processos naturais. (V, cap. 10).</p>	<p>Não, pois para fundamentar tais conclusões seria necessário não apenas mostrar que tais entidades não sencientes possuem valor em si, mas também que sua preservação é mais importante do que prevenir sofrimento e morte de seres sencientes. Além disso, há razões para se priorizar os seres sencientes, pois nenhuma entidade não senciente é capaz de sofrer ou de a morte impedi-la de desfrutar – prejuízos muito graves.</p>

## 6. A situação dos animais selvagens e a proposta de ajudá-los

Como vimos no item anterior, a maior parte dos programas que lida com animais selvagens é movido por ideais ambientalistas. Nestes programas os animais não são valorizados *em si*, e sim apenas enquanto meio para preservação de espécies e ecossistemas. Contudo, nas últimas décadas, vários autores<sup>22</sup> têm defendido que os programas que lidam com animais selvagens deveriam ter como meta o próprio bem dos animais, buscando prevenir e minimizar o seu sofrimento e suas mortes.

Desde o surgimento da ética animal, seja no que diz respeito a animais domesticados ou selvagens, o foco tem sido geralmente os animais prejudicados por *práticas humanas*. Contudo, um número crescente de autores<sup>23</sup> tem chamado a atenção para o modo como os animais são prejudicados por *processos naturais*, sobretudo os animais que vivem na natureza, e têm proposto pesquisar meios de diminuir esses danos. O argumento central dessa proposta é o de que, se realmente nos importamos com os animais, não limitaremos nossa preocupação aos danos causados por humanos, pois, para os animais não faz diferença se o que lhes causa mal é um humano ou, digamos, a fome ou doenças. Em termos mais detalhados, o argumento central é o seguinte<sup>24</sup>: se o que dá razões para evitar prejuízos é o fato de estes serem algo negativo, e se o que dá razões para buscar benefícios é o fato de estes serem algo positivo, então, a *força* dessas razões depende da *magnitude* dos prejuízos e benefícios em jogo, e não de se sua origem é antropogênica ou natural. Em outras palavras, temos razões para priorizar evitar o prejuízo maior e para buscar o benefício maior, independentemente de terem origem em práticas humanas ou em processos naturais. Assim, a situação dos animais selvagens vítimas de processos naturais é tão importante quanto seria se fossem danos antropogênicos equivalentes.

Nesta seção e nas próximas duas veremos o debate sobre a proposta de reduzir o sofrimento e as mortes dos animais selvagens<sup>25</sup>. Neste item discutiremos as objeções<sup>26</sup> que afirmam que não há necessidade de ajudá-los e as respostas que têm sido dadas a essas objeções.

---

<sup>22</sup> Ver por exemplo Sapontzis (1984), Bonnardel (1996), Cowen (2003), Horta (2010, 2017), Tomasik (2015), McMahan (2015), Torres Aldave (2015), Faria (2016), Johannsen (2020) e Cunha (2022).

<sup>23</sup> Ver nota anterior.

<sup>24</sup> Para o argumento em detalhes, ver o [capítulo 5](#) do [Volume VII desta coleção](#).

<sup>25</sup> Este foi o tema do [Volume VII desta coleção](#).

<sup>26</sup> Para objeções à proposta, ver Taylor (1986), Callicott (1980), Baldner (1990), Kirkwood e Sainsbury (1996), Everett (2001), Bovenkerk et. al. (2003), Clement (2003), Simmons (2009), Hills (2010) e Groff e Ng (2019).

Objeção	Como a objeção tem sido respondida
<p>Não há necessidade de ajudar os animais na natureza: basta parar de prejudicá-los, pois, se deixarmos a natureza seguir o seu curso, os animais geralmente terão vidas predominantemente positivas.</p> <p>(VII, cap. 3).</p>	<p>Os animais na natureza são altamente prejudicados pelos processos naturais. Desnutrição, fome, sede, doenças, lesões físicas, estresse psicológico, eventos meteorológicos hostis, desastres naturais e vários tipos de conflitos entre animais são a norma na natureza. Além disso, a vasta maioria das espécies de animais se reproduz maximizando os filhotes (em ninhadas que vão desde milhares até muitos milhões, dependendo da espécie). Em períodos de aproximada constância populacional, é possível deduzir que, em média, a cada geração está sobrevivendo um único descendente por adulto (isto é, apenas dois por ninhada). Todo o restante da ninhada nasce geralmente apenas para experimentar sofrimento extremo e morrer de modo bastante prematuro<sup>27</sup>. Por conta desses fatores, a quantidade de animais que sofrem e morrem em decorrência dos processos naturais é tão gigantesca que faz até mesmo os números da exploração animal ficarem pequenos em comparação<sup>28</sup>.</p>
<p>Muitos ovos são destruídos antes de formarem seres sencientes. Assim, poucos animais são prejudicados.</p> <p>(VII, cap. 3).</p>	<p>Mesmo que isso acontecesse com a vasta maioria dos ovos, ainda seria uma quantidade gigantesca de indivíduos que nasceria para viver uma vida na qual predomina largamente o sofrimento. Por exemplo, mesmo que 90% dos 2 milhões de ovos da posta de um bacalhau fossem destruídos antes de formarem seres sencientes, os 10% restantes ainda seriam 200.000 indivíduos.</p>
<p>A maioria dos animais morre muito jovem, e nesse estágio ainda são pouco capazes de sofrer. Portanto, são pouco prejudicados pelo que lhes acontece.</p> <p>(VII, cap. 3).</p>	<p>Não há evidências de que, por serem muito jovens, sejam pouco capazes de sofrer. Pelo contrário, dado que a maior parte desses animais é <i>precocial</i>, é bem provável que sua capacidade de sentir seja muito aguçada nesse estágio, pois, do contrário, provavelmente tais espécies não mais existiriam<sup>29</sup>. E mesmo que fossem pouco capazes de sofrer, isso não quer dizer que foram pouco desafortunados, pois a morte prematura agrava o dano da morte (viveram vidas curtas e repletas de sofrimento).</p>

<sup>27</sup> Para uma análise detalhada sobre essa questão, ver Horta (2010) e Cunha (2022).

<sup>28</sup> Para uma comparação, ver Tomasik (2019).

<sup>29</sup> Sobre senciência em animais juvenis, ver Ética Animal (2022).

## 7. O debate sobre a proposta de ajudar os animais selvagens (parte 1)

Nesta seção continuaremos a abordar as objeções mais comuns à proposta de ajudar os animais selvagens e como essas objeções têm sido respondidas.

Objeção	Como a objeção tem sido respondida
Não devemos minimizar danos naturais porque essa questão está fora do escopo da ética, uma vez que nem os processos naturais nem os animais são responsabilizáveis. ( <a href="#">VII</a> , cap. <a href="#">2</a> , 15, 16).	É contraditório afirmar que a questão dos danos naturais está fora do escopo da ética e depois dizer que <i>não devemos</i> minimizar esses danos. Além disso, o fato de os processos naturais e os animais não serem responsabilizáveis é irrelevante, uma vez que quem tem que decidir somos <i>nós</i> , não eles. Quando humanos são as vítimas em situações similares, não é dito que não devemos socorrer as vítimas só porque os processos naturais e os animais não são responsabilizáveis.
Intervir na natureza (isto é, no território natural e em processos naturais) é sempre errado, pois é uma atitude arrogante. Trata-se de "brincar de deus". ( <a href="#">VII</a> , cap. <a href="#">6</a> ).	Há muitas intervenções na natureza que são aceitas por quase todas as pessoas. Por exemplo, aquelas feitas para beneficiar humanos (medicina, agricultura, construção de moradias, escolas, hospitais, bibliotecas etc.) e para alcançar metas ambientalistas (intervenções para preservar espécies raras, para manter os ecossistemas em certa configuração etc.). Se alguma dessas intervenções é justificável, então não faz sentido dizer que é errado ajudar os animais selvagens só porque envolveria intervir na natureza.
É errado influenciar no destino desses animais. ( <a href="#">VII</a> , cap. <a href="#">6</a> ).	Estaremos influenciando o destino desses animais de qualquer maneira, quer decidamos ajudar, quer decidamos não ajudar.
A proposta é antropocêntrica, pois surge dos humanos. ( <a href="#">VII</a> , cap. <a href="#">7</a> ).	O fato de uma proposta ser antropogênica (isto é, surgir dos humanos) não significa que seja antropocêntrica (isto é, que sua meta é centrada em beneficiar humanos). A proposta em questão visa beneficiar os animais. Portanto, não é antropocêntrica.
Quanto menos influência humana, melhor para os animais. ( <a href="#">VII</a> , cap. <a href="#">8</a> )	Não necessariamente. Teria de ser avaliado, caso a caso, se é agir ou se omitir aquilo que possui os melhores resultados para os animais. Não há base para dizer que se omitir é sempre melhor.



Devemos reduzir a influência humana no mundo, mesmo em situações nas quais reduzi-la seria pior para os animais. ( <a href="#">VII</a> , cap. <a href="#">8</a> ).	É contraditório dizer que devemos reduzir a influência humana porque ela prejudica os animais, e em seguida dizer que devemos reduzi-la mesmo quando fazê-lo for pior para os animais. Para fundamentar tal tese, o que teria de ser demonstrado é que a influência humana é errada <i>em si</i> , com total independência de como os animais são afetados. Entretanto, a objeção em questão já assume que tal tese está correta, em vez de demonstrá-la.
A partir de nossa perspectiva humana, não conseguimos saber o que é melhor para os animais. Logo, o que é melhor para os animais é deixar a natureza seguir o seu curso. ( <a href="#">VII</a> , cap. <a href="#">7</a> ).	É contraditório dizer, primeiro que não podemos saber o que é melhor para os animais, e depois dizer que sabemos que o melhor para eles é deixar a natureza seguir o seu curso. Além disso, nas situações em que a proposta de ajudar os animais selvagens visa intervir, nós sabemos o que é melhor para os animais. Seria absurdo dizer que talvez o melhor para os animais seria terem seus corpos queimados, morrerem de inanição, de doenças, nascerem para terem apenas sofrimento etc.
Ajudar violaria a liberdade dos animais. ( <a href="#">VII</a> , cap. <a href="#">10</a> ).	Pelo contrário. Ajudar é a única maneira de garantir que eles possam exercer sua liberdade, pois para isso precisam estar vivos e livres de sofrimento extremo. Poderia ser objetado que por vezes a proposta requer intervir na liberdade deles (por exemplo, para vaciná-los). Mas, se o grau de liberdade depende do quanto alguém pode realizar o que quer, restringir a liberdade deles em certo momento pode ser necessário para garantir que possam continuar a exercê-la.
Ajudá-los pode criar neles uma dependência dos cuidados humanos. Logo, não devemos ajudá-los. ( <a href="#">VII</a> , cap. <a href="#">11</a> ).	Essa objeção não se aplica à maioria das intervenções, pois visam diminuir a quantidade de nascimentos, nem à proposta de suspender práticas que fazem os processos naturais maximizarem o sofrimento e mortes. Mesmo intervenções que ajudam animais já nascidos não fazem com que percam a habilidade que já possuem, nem impedem que a adquiram. Não ajudar é que faria os animais não poderem exercer a habilidade de buscar alimento ou de a adquirirem, pois morreriam. Mesmo se ajudar criasse nos animais uma dependência dos cuidados humanos, isso ainda seria melhor para os animais do que sofrerem mais e morrerem logo.

<p>A proposta de ajudá-los é paternalista. Logo, não devemos ajudá-los. (VII, cap. 12).</p>	<p>Se uma ação é paternalista quando visa <i>beneficiar</i> o afetado, mas é contra o que ele <i>prefere</i>, então ajudar os animais na natureza só seria paternalista se eles preferissem não ser ajudados em situações de inanição, doenças, acidentes, incêndios, enchentes etc. Mas, esse não é o caso. É claro, por vezes os animais fogem de tentativas de ajudá-los. Mas isso não mostra que preferem não ser ajudados (fogem por não entenderem que se está ali para ajudar). E mesmo que houvesse algum animal que preferisse ficar em uma situação na qual teria o seu sofrimento aumentado, muito provavelmente não estaria ele em uma posição epistêmica favorável a enxergar o que é melhor para o seu bem-estar em longo prazo. Portanto, mesmo que ajudá-lo fosse paternalista, seria o tipo de paternalismo justificado.</p>
<p>Não devemos ajudá-los, pois o sofrimento possui valor instrumental (isto é, ajuda o indivíduo a evitar aquilo que o prejudicaria). (VII, cap. 13).</p>	<p>No caso da imensa maioria dos animais que sofre na natureza devido aos processos naturais, o sofrimento, em vez de ajudá-los a fomentar o seu bem-estar, apenas os prejudica (pois têm sofrimento extremo desde o nascimento até à morte bastante prematura por conta do sofrimento). Além disso, quando o sofrimento ajudasse os animais a alcançarem algo de positivo, há razões para pesquisar como fazer com que alcancem tal estado positivo sem que, para isso, precisem sofrer (é por isso que preferimos receber anestesia antes de uma cirurgia).</p>
<p>A proposta vê os humanos como algo separado da natureza. (VII, cap. 14).</p>	<p>Pelo contrário. É a ideia de que os humanos não devem intervir no território natural que parece ver os humanos como algo separado da natureza. Se enxergarmos os humanos como parte do mundo natural, então os resultados influenciados por práticas humanas não deixam de ser (nem são menos) naturais.</p>
<p>A natureza não é boa nem má. Os processos naturais não são agentes imputáveis. Portanto, não temos razões para ajudar. (VII, cap. 2, 15, 16).</p>	<p>É verdade que os processos naturais não são agentes imputáveis. Mas, isso não faz com que não tenhamos razões para prevenir e minimizar os efeitos negativos que decorrem dos processos naturais (isso já é amplamente aceito quando os humanos são vítimas dos processos naturais). A responsabilidade moral recai sobre nós, em ter que decidir ajudar ou não ajudar.</p>

<p>A natureza é indiferente ao sofrimento dos animais. Ecossistemas surgem, perduram e desaparecem com total indiferença ao sofrimento e morte dos animais. (VII, cap. 2, 15, 16).</p>	<p>Sim, mas isso não justifica que nós também o sejamos. Os ecossistemas também surgem, perduram e desaparecem com total indiferença ao sofrimento humano, mas isso não justifica sermos indiferentes ao sofrimento. A objeção em questão assume que o modo como acontecem os fenômenos naturais deveria ser um modelo do que deveríamos fazer. Ao fazer isso, ela dá um salto injustificado, de <i>descrever</i> como as coisas <i>são</i>, para <i>prescrever</i> como <i>deveriam</i> (moralmente) <i>ser</i>.</p>
<p>Devemos respeitar a natureza dos animais selvagens, e isso requer largá-los à própria sorte. (VII, cap. 17).</p>	<p>Temos de perguntar: por que devemos respeitar a natureza de alguém? Se a resposta for "porque fazê-lo o beneficiaria", então é falso que respeitar a natureza dos animais selvagens requer largá-los à própria sorte, pois isso provavelmente os prejudicaria. Por outro lado, se a resposta for "porque sim, mesmo quando isso os prejudicaria", então não se está a dar nenhuma razão para explicar por que respeitar a natureza de alguém seria mais importante do que evitar prejudicá-lo.</p>
<p>Intervir em conflitos entre animais poderia piorar ainda mais a situação (por exemplo, intervir na predação poderia gerar uma explosão populacional das presas). (VII, cap. 18, 31).</p>	<p>Em qualquer caso onde intervir tiver uma boa probabilidade de piorar ainda mais a situação por conta dos desdobramentos de consequências, a proposta de ajudar os animais selvagens prescreveria não intervir. Entretanto, isso não significa que intervir sempre terá piores consequências. Por exemplo, ao se diminuir a produtividade primária, a tendência é haver uma diminuição geral das populações, pois é um tipo de intervenção "de baixo para cima" na cadeia alimentar.</p>
<p>A proposta implicaria em intervir em conflitos entre animais, e isso é errado mesmo quando fazê-lo melhorar a situação. (VII, cap. 18, 31).</p>	<p>Essa objeção assume que a ação correta por vezes tem consequências piores do que outros cursos de ação disponíveis. Entretanto, essa tese teria de ser demonstrada, e a objeção já a assume como correta de antemão. Além disso, quando humanos são vítimas de animais, essa tese não é defendida. Quando humanos são as vítimas é defendido que é sempre certo ajudar, independentemente das consequências. Quando os animais são as vítimas, é defendido que é sempre errado ajudar, mesmo que as consequências de não ajudar sejam piores. Isso é especismo.</p>

<p>Essa é uma questão para a ecologia responder, não para a ética. Se aplicarmos o que diz a ecologia, valorizaremos espécies, ecossistemas e o equilíbrio natural, e não essa busca por evitar sofrimento e mortes de seres sencientes. (VII, cap. 19).</p>	<p><i>Descrever</i> o que acontece nos ecossistemas naturais é uma tarefa para a ecologia. Porém, quais metas deveríamos buscar (por exemplo, se é o bem dos seres sencientes ou se são valores ambientalistas) é uma questão para a área da <i>ética</i>. Nenhuma ciência descritiva tem a resposta para essa questão. Os defensores dos animais não rejeitam o conhecimento em ecologia (aliás, dependem dele para ajudar os animais selvagens de modo seguro). Mas, a ecologia jamais prescreveria que devemos valorizar espécies, ecossistemas, a biodiversidade ou qualquer outra coisa, pois ela apenas <i>descreve</i> – como qualquer ciência, ela não é sobre quais metas devemos almejar. Quem é contra ajudar os animais selvagens e afirma que está "apenas aplicando o que a ecologia diz" está a disfarçar uma posição moral ambientalista de descrição moralmente neutra.</p>
<p>O que importa são os ecossistemas e as espécies, e não os animais. Então, se todo esse sofrimento e mortes não extingue espécies nem ameaça ecossistemas, não precisamos nos preocupar. (VII, cap. 20).</p>	<p>Se a questão da consideração moral existe porque, com nossas decisões, é possível beneficiar ou prejudicar os afetados por elas, então para alguém ser moralmente considerável, é suficiente que seja passível de ser prejudicado/beneficiado. Todo ser senciente, por ser capaz de experimentar certos estados como positivos e outros como negativos, é passível de ser prejudicado/beneficiado. Se é assim, então cada ser senciente importa <i>por si</i>. A tese de que cada ser senciente importa por si é muito menos controversa do que a tese de que espécies e ecossistemas importam em si.</p>
<p>Mesmo que os animais importem, ajudar conflitaria com metas ambientalistas (como manter o ecossistema em certas configurações), e isso torna errado ajudar. (VII, cap. 20).</p>	<p>Na vasta maioria dos casos não haveria conflito de metas, pois os programas de ajuda aos animais selvagens não alterariam as propriedades dos ecossistemas que são valorizadas pelo ambientalismo: apenas fariam com que houvesse menos sofrimento para os habitantes desses ecossistemas. Há vários programas, inclusive, que realizariam ambas as metas. Por exemplo, a vacinação de abelhas<sup>30</sup> previne que uma quantidade enorme de animais sofra por conta de doenças e também ajuda na conservação de espécies.</p>

<sup>30</sup> Sobre vacinação de abelhas, ver Raukko (2018).

<p>Mas, claramente há casos em que ajudar conflitaria com metas ambientalistas. Por exemplo, os ambientalistas podem querer manter apenas a vegetação nativa do local, mas pode ser que inserir vegetação não nativa diminuísse o sofrimento total dos animais que ali vivem. Nesses casos, não seria errado ajudar? (<a href="#">VII</a>, cap. <a href="#">20</a>).</p>	<p>Haver conflito por si só é insuficiente para fundamentar a conclusão de que não devemos ajudar. Teria de ser mostrado: (1) que devemos acatar as metas ambientalistas e que, (2) essas metas são mais importantes do que os interesses básicos dos animais (como não sofrer e não morrer). Mesmo que o ponto 1 fosse demonstrado, poderiam ser endereçadas razões para se rejeitar o ponto 2. Por exemplo, poderia ser dito que somente os seres sencientes são prejudicados pelo sofrimento e pela morte, e que esses prejuízos são particularmente graves. Assim, quando houvesse conflito, haveria razões para se priorizar os interesses básicos dos seres sencientes. Isso já é aceito pelos ambientalistas no caso humano: defendem limitar interesses não básicos de humanos (estéticos, econômicos, recreativos etc.) para alcançar suas metas, mas não defendem que isso justifica causar sofrimento e mortes a humanos, ou deixar de ajudá-los quando são vítimas de processos naturais.</p>
--	---

## 8. O debate sobre a proposta de ajudar os animais selvagens (parte 2)

Nesta seção veremos a última parte das objeções mais comuns à proposta de diminuir o sofrimento e as mortes dos animais selvagens que tem origem em processos naturais e as respostas que têm sido dadas a elas. Discutiremos agora objeções que negam que sejamos moralmente responsáveis por fazer algo, ou que questionam a praticidade de tal proposta.

Objeção	Como a objeção tem sido respondida
<p>É errado ajudar, pois a humanidade é moralmente responsável apenas por práticas humanas. (<a href="#">VII</a>, cap. <a href="#">21</a>)</p>	<p>Mesmo se fosse esse o caso, isso significaria apenas que <i>não há dever</i> de ajudar (e não, que <i>é errado</i> ajudar). Ajudar poderia ser ainda permissível, ou mesmo louvável. Além disso, poderia ser dito que somos moralmente responsáveis por uma decisão toda vez que ela for determinante para os resultados serem dessa ou daquela maneira, e isso não se limita a práticas humanas. Por exemplo, se os médicos têm <i>obrigação</i> de atender vítimas de doenças causadas naturalmente, então é falso que somos moralmente responsáveis apenas por práticas humanas.</p>



<p>Não temos relação próxima com esses animais. Por isso, a humanidade não tem obrigação de destinar recursos para ajudá-los. (VII, cap. 21)</p>	<p>A ausência de relação próxima é insuficiente para mostrar que a humanidade não tem obrigação de destinar recursos para ajudá-los, pois nossa decisão por ajudar ou não ajudar, mesmo que à distância, influencia diretamente em sua situação (o mesmo acontece em relação a vítimas humanas de desastres naturais em locais distantes, por exemplo). Também não temos relação de proximidade com os animais explorados, mas isso não faz com que deixemos de ter obrigação de não prejudicá-los, pois nossa decisão à distância afeta-os diretamente. Entretanto, o mesmo é verdade em relação aos animais que estão na natureza.</p>
<p>Há um dever geral de ajudar, mas não essa causa em especial. (VII, cap. 21)</p>	<p>Rejeitaremos essa posição se aceitarmos que devemos priorizar as causas proporcionalmente ao número de vítimas, ao montante total de sofrimento e ao grau com que a causa é negligenciada. Segundo esses critérios, a causa que visa diminuir o sofrimento dos animais selvagens deveria receber uma grande atenção.</p>
<p>A proposta é exigente demais. (VII, cap. 21)</p>	<p>Tal proposta exigiria muito pouco de cada pessoa, pois quem faria as intervenções seriam os profissionais que já trabalham nesse campo (como biólogos e etólogos). Cada pessoa teria apenas o dever de chamar a atenção para a importância dessa questão e reivindicar que recursos fossem empregues em tratá-la. Os profissionais das ciências da vida, por sua vez, continuariam a fazer o seu trabalho normalmente, com a diferença que agora suas pesquisas seriam direcionadas por uma preocupação direta com o bem dos animais.</p>
<p>Ajudar os animais domesticados é prioritário, pois temos uma dívida histórica para com eles por conta da domesticação. Por isso, não devemos ajudar os animais selvagens. (VII, cap. 22).</p>	<p>Mesmo se ajudar os animais domesticados fosse prioritário, isso não fundamentaria negar o dever de ajudar os animais selvagens (muito menos proibir ajudá-los). Além disso, se a prioridade depende do quão grave é a situação das vítimas e do número de vítimas, isso não necessariamente coincide com o critério da dívida histórica. Cada animal selvagem experimenta também sofrimento extremo, e estão em quantidade vastamente maior do que os domesticados. Por fim, também poderia ser argumentado que temos uma dívida histórica para com os animais selvagens, pois os benefícios de que desfrutamos surgiram de intervenções na natureza, e deixamos os animais selvagens sujeitos aos processos naturais.</p>

Essa proposta deve ser rejeitada porque envolveria esterilização, e os animais têm direito de não sofrer interferência no próprio corpo contra sua vontade. (VII, cap. 29).	Três respostas. (1) Há formas de minimizar os danos naturais que não envolvem esterilizar: vacinar, tratar doenças, fornecer água, comida, abrigo, socorro em desastres naturais, não recriar as condições para a maximização dos nascimentos etc. (2) Respeitar o alegado direito à não esterilização resultaria em muito mais sofrimento e mortes do que não respeitá-lo (pois implicaria a maximização de seres que nasceriam apenas para sofrer e morrer prematuramente), e violaria então a integridade física e a vida de (muitos) terceiros. (3) A esterilização de animais como cães e gatos (que tem em média 4 ou 5 filhotes por ninhada) é amplamente aceita por defensores dos animais. No caso dos animais selvagens que têm milhares ou milhões de filhotes por ninhada, temos razões muito mais fortes para justificar a esterilização.
Não há o que fazer para ajudar. (VII, cap. 26).	Os animais já vem sendo ajudados com vacinação e tratamento de doenças, em incêndios e em outros desastres naturais, com assistência a animais órfãos, resgate de animais presos e programas para atender as necessidades básicas dos animais <sup>31</sup> .
Não há o que fazer em larga escala (VII, cap. 18, 24, 31, 36, 37).	Muitas coisas poderiam ser feitas em larga escala. Por exemplo, poderiam ser estudados quais elementos no ambiente tendem a reduzir a produtividade primária (e, por conseguinte, o sofrimento total). Além disso, poderiam ser evitadas as práticas humanas que contribuem para que os processos naturais maximizem a quantidade de nascimentos (e, por conseguinte, o sofrimento). Só isso já reduziria enormemente a quantidade de animais que nasceria apenas para sofrer.
Não há como ajudar todos. Logo, não devemos ajudar nenhum. (VII, cap. 25).	Sim, é verdade que não há como ajudar todos. Mas, para cada animal ajudado, a ajuda faz toda diferença. Também não há como ajudar todos os animais domesticados, nem todos os humanos, mas isso não implica que não devemos ajudá-los. Algo assim só é dito no caso da ajuda a animais não humanos por conta da prevalência do especismo. Cada um de nós não rejeitaria ser ajudado só porque não é possível ajudar a todos os que precisam. Portanto, tal posição viola a imparcialidade.

<sup>31</sup> Para uma lista de programas de ajuda que já vem sendo conduzidos, ver Ética Animal (2023 [2020], p. 69-97).

Devemos primeiro resolver os problemas que os humanos causam aos animais. Se não conseguimos resolver nem os problemas que os humanos causam aos animais, que dirá resolver os danos causados por processos naturais. (VII, cap. 25).	Se nossa meta é ajudar da maneira mais eficiente possível não devemos nos basear na origem do dano (se é ou não causada por humanos), e sim, na quantidade de benefício que poderia ser produzido com cada estratégia. Não é necessário resolver todos os (ou mesmo algum dos) problemas causados por humanos para fazer algo pelos animais vítimas de processos naturais. Ajudar animais vítimas de processos naturais não é necessariamente mais difícil do que ajudar animais vítimas de práticas humanas. Na verdade, em alguns casos pode ser mais fácil, pois a resistência pode ser menor. O que devemos fazer é investigar onde nossos recursos, se aplicados, produziriam um bem maior (por exemplo, ajudariam mais vítimas, ou ajudariam as que estão na pior situação etc.), e não, investigar se o dano teve origem em práticas humanas ou em processos naturais.
O problema tem tantas vítimas que, mesmo que conseguíssemos ajudar em larga escala, ainda seria uma porcentagem pequena do problema (VII, cap. 25).	A porcentagem não importa, e sim, a quantidade real de benefício que poderíamos produzir. Por exemplo, suponha que com um mesmo recurso podemos, ou ajudar 90% dos animais do problema A, ou ajudar em igual medida 0,1% dos animais do problema B (que estão todos em uma situação igualmente ruim à dos animais do problema A). Se nos guiarmos pela porcentagem, ajudaremos os 90%. Mas, suponhamos que o problema A tenha um trilhão de animais, e o problema B tenha um quadrilhão. O ponto é: 90% de um trilhão são 900 bilhões, enquanto 0,1% de um quadrilhão é um trilhão. Resolver 0,1% do problema B é ajudar 100 bilhões de animais a mais, com o mesmo recurso.
E difícil prever as consequências de longo prazo. Ajudar poderia piorar as coisas ainda mais. Melhor não tentar ajudar. (VII, cap. 24).	Se é difícil prever as consequências de longo prazo, então não podemos saber que com certeza não ajudar tem as melhores consequências. O que teríamos de fazer é cada vez mais pesquisar a fundo como se dão as interações nos ecossistemas (dos animais entre si e com o seu entorno). Fazendo isso, aumentaria cada vez mais o nosso conhecimento sobre a probabilidade dos desdobramentos de consequências de longo prazo, o que permitiria planejar programas de ajuda cada vez mais seguros e eficientes.

<p>A natureza já se equilibra, e isso coincide com o que é melhor para os animais. Melhor não intervir. (VII, cap. 24).</p>	<p>Na verdade, naturalmente as populações flutuam enormemente, de maneira quase sempre irregular. Além disso, uma situação pode ser estável e ser terrivelmente ruim para os animais afetados. Por exemplo, situações nas quais ao longo de gerações sobrevivem em média apenas dois filhotes por ninhada são equilibradas nesse sentido mas, dados os tamanhos gigantescos das ninhadas, é também um cenário no qual são maximizados o sofrimento e as mortes prematuras.</p>
<p>Mas, se houvesse menos equilíbrio, haveria ainda mais sofrimento (VII, cap. 24).</p>	<p>Não necessariamente. Tudo depende de como o grau de equilíbrio ou desequilíbrio influenciaria outros fatores que afetam diretamente os animais (como a quantidade de nascimentos e em quais espécies, disponibilidade de alimentos e de abrigo, quantidade de doenças e de conflitos etc.). Assim, se o objetivo é o melhor para os animais, devemos investigar diretamente esses fatores, e não o grau de equilíbrio. Além disso, como os ecossistemas tendem a se equilibrar em altos níveis de produtividade de plantas e de animais, as perturbações provavelmente tendem a reduzir, em vez de aumentar o sofrimento.</p>
<p>Não devemos ajudar esses animais porque fazê-lo impediria que os genes mais adaptados prevalecessem. (VII, cap. 23).</p>	<p>Os traços mais eficientes em passar os genes adiante não necessariamente beneficiam seus portadores ou seus descendentes. Por exemplo, o traço de maximizar a quantidade de filhotes é muito eficiente em maximizar a transmissão genética, mas nascer membro de uma espécie que se reproduz dessa maneira é ter suas chances de sobrevivência drasticamente diminuídas. Além disso, a quantidade de sofrimento e de mortes naturais é tão gigantesca que, mesmo se ajudar os animais implicar em os membros das gerações futuras não terem os genes mais adaptados possíveis, isso ainda teria provavelmente um saldo muito menos negativo do que deixar a natureza seguir o seu curso. Ademais, várias formas de intervenção não impediriam que os genes mais adaptados prevalecessem, como é o caso da esterilização e da pesquisa sobre quais tipos de elementos no ambiente resultam em menor quantidade de nascimentos nas espécies cujos membros comumente têm vidas negativas. Por fim, se fosse aceitável o que a objeção propõe, todos nós deveríamos ser largados à própria sorte para que só os humanos mais adaptados passassem os genes adiante.</p>

<p>Essa proposta não pode ser cientificamente bem informada. (VII, cap. 19, 27).</p>	<p>Os dados da ciência da ecologia têm sido usados predominantemente para alcançar metas antropocêntricas e ambientalistas, mas poderiam ser usados também para orientar programas que visam prevenir o sofrimento dos animais. Além disso, à medida que progredisse o desenvolvimento da área da biologia do bem-estar<sup>32</sup> (que estudaria os animais em seus ambientes do ponto de vista do que lhes afeta positiva ou negativamente, e não enquanto componentes de ecossistemas ou exemplares de espécies) haveria cada vez mais dados que poderiam informar cientificamente os programas de ajuda.</p>
<p>Não estamos em condições de saber quando uma vida vale ou não a pena. Podemos achar que uma vida não vale a pena e estarmos enganados. Logo, é melhor não intervir. (VII, cap. 32).</p>	<p>Imaginemos que nos fosse oferecida a chance de renascermos para viver uma vida repleta de sofrimento extremo. Se não conseguíssemos avaliar que essa vida não vale a pena, ficaríamos em dúvida sobre se vale a pena aceitar tal proposta ou não. A situação da vasta maioria dos animais na natureza é desse tipo. Diante disso poderia ser objetado que, mesmo se a vida de alguém até certo momento foi péssima, ainda é possível melhorá-la. Isso é verdade, mas então essa é uma razão para se tentar ajudar os animais selvagens. Além disso, a meta de melhorar a vida dos seres que já existem não implica rejeitar a meta de prevenir novos nascimentos. Isso porque, quanto maior a quantidade de nascimentos, mais difícil melhorar a vida de cada um dos indivíduos nascidos.</p>
<p>Se as vidas dos animais selvagens são cheias de sofrimento, ajudá-los seria apenas prolongar a sua agonia. Melhor não intervir. (VII, cap. 33).</p>	<p>O fato de suas vidas serem repletas de sofrimento deve-se a estarem em um ambiente onde as condições para alguém sobreviver por muito tempo são completamente desfavoráveis. Se criamos condições para que consigam sobreviver por mais tempo, as chances de terem uma vida significativa aumentam. Prolongar suas vidas só resulta em algo pior (do que morrerem) se não fizermos nada para evitar outras formas de sofrimento que estarão sujeitos. Além disso, aquilo que lhes causa sofrimento geralmente também lhes causa a morte. Se oferecermos tratamento para tais males, estaremos a prolongar-lhes a vida, mas também a aumentar os seus níveis de bem-estar. Além disso, também é falso que todas as intervenções prolongam as vidas dos animais: muitas apenas previnem novos nascimentos.</p>

<sup>32</sup> Sobre biologia do bem-estar, ver Faria e Horta (2020) e Soryl et. al. (2021).

<p>Essa proposta deveria ser rejeitada porque implicaria em proibir tratar o parasitismo (pois fazê-lo mataria muitos para salvar apenas um). (VII, cap. 30).</p>	<p>Quando os parasitas não são sencientes, e o hospedeiro é, mesmo que tratar o parasitismo resulte em mais mortes, a situação resultante é melhor, pois a morte não é um dano para tais parasitas. No caso dos parasitas sencientes, teria de ser avaliado se suas vidas seriam minimamente significativas. Se não forem (e não for possível torná-las), então a morte não é para eles um dano maior do que continuarem vivos. Mesmo se em certo caso os parasitas fossem mais prejudicados se morrerem, e a decisão correta for não tratar o hospedeiro, ainda assim, não se poderia fazer oposição alguma à prevenção de futuros casos de parasitismo (por exemplo, por meio de esterilização), pois deixar de produzir novos seres não é o equivalente de matar seres que já existem. Além disso, não tratar o parasitismo provavelmente resultaria em um maior número de mortes e sofrimento ao longo do tempo. Quase a totalidade dos parasitas se reproduz maximizando a quantidade de filhotes. Se forem sencientes, o resultado disso é também a maximização das mortes e do sofrimento para os próprios membros de tais espécies. Não tratar o hospedeiro resultará nos parasitas continuando a se reproduzir e a infectarem novas vítimas. Isso nos dá razões não apenas para tratar vítimas de parasitismo já infectadas, mas, principalmente, para prevenir o parasitismo em geral. Assim, é falso que a proposta de prevenir os danos naturais proibiria tratar casos de parasitismo.</p>
<p>A situação pode ser saldo positivo: o prazer dos poucos animais que vivem muito pode sobrepassar o sofrimento somado da vasta maioria. (VII, cap. 34).</p>	<p>Suponhamos que o saldo total fosse positivo. As razões para diminuir o sofrimento não diminuem por causa disso. Por exemplo, as razões para ajudar humanos morrendo de fome nos países pobres não enfraquecem só porque há humanos abastados nos países ricos. Além disso, mesmo quem acredita que tudo o que importa é o saldo total tem razões para priorizar eliminar sofrimento, pois uma unidade extra de recurso produz maiores aumentos no bem-estar quanto pior for a situação de quem o receberia. Assim, priorizar melhorar a situação dos que se encontram em situação negativa é mais eficiente para aumentar o saldo total.</p>

### O debate sobre a expansão da natureza

A proposta que visa prevenir o sofrimento dos animais selvagens decorrente de causas naturais implica que expandir o território natural (florestas, por exemplo) é algo negativo. Por isso, ela é absurda. Devemos expandir o território natural porque os seres sencientes precisam dele enquanto recurso.

(VII, cap. 37).

A preocupação com seres sencientes (da geração atual e/ou futuras) não aprovaria a expansão, pois a quantidade dos seres que nasceriam apenas para sofrer seria sempre muito maior do que a dos que estão vivos agora ou dos que nasceriam para ter vidas positivas e precisariam do meio ambiente enquanto recurso. A única maneira de defender a expansão é a partir de uma visão segundo a qual é melhor uma história de mundo com uma maior quantidade de sofrimento e de mortes prematuras de seres sencientes. Mas, isso é muito difícil de ser defendido. Poderia ser objetado que expandir o território natural pode ser necessário para prevenir a extinção dos humanos, que são os únicos que podem prevenir os danos naturais. Essa é uma preocupação importante, mas também é possível que a presença humana venha a ter saldo negativo no futuro. Por exemplo, se no futuro a humanidade desenvolver a colonização espacial, recriaria em muitos outros locais os processos naturais que resultam na maximização do sofrimento e das mortes. Portanto, é incerto se a presença humana terá saldo positivo ou negativo ao longo da história. Além disso, mesmo que devamos prevenir a extinção humana, isso não implica necessariamente expandir o território natural, pois existem maneiras de prevenir mudanças climáticas sem criar novos ambientes como florestas. Um exemplo é buscar eficiência no uso de energia e por energias renováveis. Em suma, os casos em que a expansão poderia estar justificada são quando todas as outras opções resultariam em algo ainda pior. Se é que existem tais casos, são uma fração pequena das práticas de expansão do território natural.



Simulação do debate sobre a destruição da natureza	
A proposta de reduzir o sofrimento dos animais selvagens implica a matança altruísta? Isto é, implica destruir os habitats naturais (por exemplo, por meio da urbanização)? (VII, cap. 36).	Há divergência entre os proponentes de reduzir o sofrimento dos animais selvagens sobre se há ou não essa implicação. A seguir está a simulação de um debate que resume os principais argumentos de cada lado.
Contra a destruição	A favor da destruição
Ao destruirmos a natureza (por exemplo, com a urbanização), prejudicaremos muitos animais. O ideal seria reduzir nascimentos, vacinações, tratamento de doenças etc.	Esperar por soluções não letais (que podem demorar muito, ou mesmo nunca acontecerem) implicaria na morte e no sofrimento de muito mais animais do que a matança altruísta.
A defesa da matança altruísta faria as pessoas acharem absurda a consideração pelos animais. O efeito disso seria pior do que o efeito de esperar por soluções não letais, pois faria os humanos aumentarem os danos que causam aos animais.	Mesmo que a defesa da matança altruísta influencie os humanos a aumentarem os danos que causam aos animais, a destruição de habitats preveniria muito mais sofrimento e mortes do que a soma de todos os danos que os humanos causam.
Até o momento, os danos que os humanos causam são menores do que os danos naturais, mas isso pode mudar no futuro se os humanos expandirem o território natural na Terra ou para fora dela. Se a matança altruísta contribuir para que o sofrimento dos animais selvagens seja ainda mais negligenciado, e isso resulte na expansão da natureza, então a matança altruísta seria pior do que esperar por soluções não letais.	Isso mostra apenas que não devemos <i>defender</i> a matança altruísta, mas não que ela não deve ser <i>conduzida</i> (por exemplo, a urbanização poderia continuar). Além disso, se o risco maior é os humanos expandirem o território natural, então esse risco é maior se defendemos que é sempre errado destruir o território natural. A matança altruísta deixa bem claro que expandir o território natural não é algo bom.
Se a humanidade já tende a expandir a urbanização, não há necessidade de se defender a matança altruísta e, como defendê-la também apresenta riscos, melhor não defendê-la.	Talvez, mas ainda poderíamos incentivar a pesquisa sobre quais usos do solo têm maiores probabilidades de terem saldo positivo para os animais. Poderíamos incentivar essas mudanças e também mudanças nas práticas de consumo, assim como é feito quanto à exploração animal.

A ideia por trás da matança altruísta é tão distante do senso comum que dificilmente seria aceita (ela apenas criaria rejeição à proposta de diminuir o sofrimento dos animais selvagens). Por isso, o risco de defendê-la é tão alto. Assim, melhor manter uma regra absoluta contra a destruição de habitats naturais.	Se explicarmos ao público que menos habitats implica menos sofrimento e mortes, isso pode reduzir entusiasmo com políticas conservacionistas e de expansão do território natural. Suspender tais políticas não envolve gasto nem requer atividade alguma, então pode ser mais fácil de o público aceitar isso do que intervenções para reduzir o sofrimento.
Proponentes da destruição podem estar enviesados de maneira otimista em relação às probabilidades de consequências da matança altruísta. Podem estar enviesados desta maneira porque a matança oferece uma solução rápida. Isso pode fazê-los negligenciar as possíveis consequências negativas por conta de como ela influenciará as decisões de futuros agentes.	A inclinação contra intervenções violentas pode fazer com que avaliemos enviesadamente as probabilidades de consequências. Além disso, os danos no caso da matança altruísta ocorreriam por ação, e no caso de esperar por soluções não letais ocorreriam por omissão (mas poderiam ser muito maiores). Assim, devemos desconfiar da preferência por esperar por soluções não letais.

Nos capítulos 6, 7 e 8 vimos de maneira muito resumida um panorama geral do debate sobre as implicações éticas dos danos que os animais padecem em decorrência dos processos naturais. Como você deve ter percebido, é um debate repleto de nuances, e com questões que desafiam em alto grau a percepção comum sobre esse tema. Por isso, vale muito a pena pensar sobre essas questões com calma e mente aberta antes de rejeitar ou aceitar certa posição. Como mencionado, o [Volume VII](#) desta coleção discute cada um desses temas em detalhes, e contém muitas outras indicações de materiais que expandem ainda mais a discussão.

## 9. Quais critérios utilizar para ajudar de modo eficiente?

Suponha que temos o objetivo de tornar o mundo um lugar menos ruim, e que queremos fazê-lo da maneira mais eficiente possível. Quais critérios podemos utilizar para selecionar: (1) quais causas priorizar, (2) quais problemas priorizar dentro dessas causas e (3) para escolher as estratégias? A seguir está uma lista de critérios que têm sido propostos<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Para uma discussão sobre esses critérios, ver Cunha (2021, p. 193-228), Dickens (2021) e Simčikas (2021).

<b>CrITÉRIOS</b>	<b>Explicação</b>
Gravidade da situação. (VIII, cap. 1.2).	Normalmente é medida levando-se em conta ambos os fatores a seguir: (1) Quantidade de vítimas (2) O quão ruim é a situação de cada vítima
Quando um problema tem mais vítimas, mas em outro as vítimas estão em pior situação, como proceder? (VIII, cap. 1.2; XI, cap. 1.6 e 7).	Uma possibilidade é perguntar:  (1) O quão pior precisa ser a situação da minoria para que tenham prioridade?  (2) O quão maior precisa ser o número de vítimas que não estão na pior situação para que tenham prioridade?  Entretanto, há várias outras possibilidades, que são abordadas em: VIII, cap. 1.2; XI, cap. 1.6, 7.
Tratabilidade do problema. (VIII, cap. 1.3).	Exemplo. Problema A: 900 mil vítimas. Problema B: 500 mil vítimas. As vítimas de A e B estão em situações igualmente ruins. Pela gravidade da situação, devemos priorizar A. Mas, suponha que, com os recursos que temos, podemos, ou ajudar 400 mil vítimas de A, ou ajudar em igual medida 450 mil vítimas de B. Assim, apesar de A ser uma situação pior, é B que apresenta a pior situação possível de ser melhorada.
Grau de negligência. (VIII, cap. 1.7).	Quanto maior a quantidade de pessoas já envolvidas em tentar resolver um problema, maior a probabilidade de o problema ser minimizado sem a nossa ajuda. E, quanto mais negligenciada uma causa, cada pessoa adicional faz mais diferença, pois ainda há várias oportunidades fáceis de se fazer uma diferença significativa que ainda não foram tentadas.
Tamanho do benefício a ser causado. (VIII, cap. 1.4).	Imagine que o problema A tem 100 vítimas com sofrimento de -50 e o problema B tem 90 vítimas com sofrimento de -40. Ou seja, A é mais grave. Ambos os problemas são igualmente negligenciados e é possível ajudar todas as vítimas de um ou de outro. Contudo, imagine que, com uma mesma quantidade de recursos, podemos: ou passar todas as vítimas de A de -50 para -49 (um alívio muito leve), ou passar todas as vítimas de B de -40 para -10 (um alívio considerável). Priorizando B causaríamos um bem maior com a mesma quantidade de recursos.

O tamanho do benefício é sempre o fator mais importante? (VIII, cap. 1.4).	Suponhamos que, no exemplo acima, a decisão fosse entre: ou passar as 100 vítimas de A de -50 para -30 (benefício total = 2.000, 20 por vítima), ou passar as 90 vítimas de B de -40 para -10 (benefício total = 2.700, 30 por vítima). Nesse caso, algumas pessoas diriam que devemos escolher a primeira opção (pois o benefício vai para as vítimas na pior situação e beneficia um número maior de vítimas), mesmo que na segunda opção produzamos um benefício maior (para cada vítima e na soma total).
Como saber quando pesa mais o tamanho do benefício e quando pesa mais a gravidade da situação? (VIII, cap. 1.2; XI, cap. 1.6 e 7).	Há várias possibilidades. Por exemplo: (1) estabelecer que um dos aspectos é um trunfo (absoluto ou até certo ponto); (2) <i>relação contínua</i> : não há trunfos, e cada aspecto têm, ou <i>peso fixo</i> (igual ou diferente), ou <i>peso variável</i> , no cálculo total; (3) combinar as abordagens 1 e 2: usar <i>trunfos</i> (absolutos ou até certo ponto) até uma <i>linha de corte</i> e a partir daí utilizar uma <i>relação contínua</i> (de <i>peso fixo</i> ou <i>variável</i> ). Um exemplo de abordagem contínua (sem trunfos), com cada aspecto tendo peso variável é a abordagem com <i>retornos decrescentes</i> , onde o peso de cada aspecto diminui proporcionalmente à medida que é preenchido. Uma possibilidade nesse sentido seria buscar maximizar os benefícios, mas estabelecer que uma unidade de benefício tem mais valor quanto mais grave for o problema ao qual seria direcionado esse benefício.
Por que é crucial tentar estimar os efeitos de longo prazo? (VIII, cap. 1.5)	Comparando-se duas estratégias, é possível que uma cause mais benefícios inicialmente, mas que, levando-se em conta a história completa (e, portanto, os efeitos de longo prazo), seja a outra que causará um benefício total maior. Também é possível que uma estratégia cause grandes benefícios em curto prazo mas tenha efeitos negativos em longo prazo, podendo até mesmo ter um saldo total negativo.
Por que priorizar estratégias que atacam as causas (e não somente os sintomas)? (VIII, cap. 1.5 e 1.6)	Por exemplo, se compararmos uma estratégia que ajuda muitos animais caso estes se encontrem em um incêndio com outra que previne incêndios, provavelmente a segunda possui o melhor impacto ao longo do tempo. É por isso que combater o especismo tem um grande potencial de impacto positivo ao longo do tempo, pois ataca diretamente uma das principais causas dos problemas que afetam os animais (uma vez que o especismo faz as pessoas darem pouca importância à situação dos animais, seja dos explorados, seja dos selvagens).

## 10. Quais problemas afetam as maiores quantidades de animais?

A seguir, veremos os problemas que afetam as maiores quantidades de animais<sup>34</sup>

### 10.1. Animais explorados

Ativistas da causa animal, com o intuito de mostrar o quão grande é a quantidade de animais mortos para consumo, costumam dizer que cerca de 80 bilhões de animais são mortos mundialmente por ano. Entretanto, essa cifra diz respeito apenas a mamíferos e aves. A quantidade total de animais mortos é enormemente maior. A seguir estão alguns dados sobre mortes anuais de animais explorados em nível global.

<b>Tipo de animal explorado</b>	<b>Animais mortos mundialmente por ano</b>
Mamíferos e aves	Em torno de 80 bilhões <sup>35</sup>
Peixes criados em fábricas	Entre 51 e 167 bilhões <sup>36</sup> .
Peixes capturados diretamente no mar	Entre 787 bilhões e 2,3 trilhões <sup>37</sup> .
Animais aquáticos utilizados como ração para os peixes criados para consumo	Entre 462 bilhões e 1,1 trilhão <sup>38</sup> .
Crustáceos criados em fábricas	Entre 255 e 604 bilhões <sup>39</sup> .
Bichos-da-seda para produção de seda	Entre 420 bilhões e 1 trilhão <sup>40</sup>
Insetos mortos para consumo	Entre 2 e 3,2 trilhões <sup>41</sup>
Cochonilhas na produção do corante carmim	Entre 4,6 e 21 trilhões <sup>42</sup> .
Camarões pescados diretamente no mar	Em torno de 25 trilhões <sup>43</sup>

A soma desses números sugere que são mortos algo entre 34 e 54 trilhões de animais anualmente em nível global. Isso significa que os 80 bilhões, normalmente mencionados pelos ativistas, representam apenas algo entre 0,1 % e 0,2% dos animais mortos na exploração.

---

<sup>34</sup> Mais sobre esse tema em [IV](#), cap. [1](#); [VIII](#), cap. [3](#).

<sup>35</sup> Our World in Data (2018), Sanders (2018).

<sup>36</sup> Fishcount (2019).

<sup>37</sup> Id.

<sup>38</sup> Id.

<sup>39</sup> Id.

<sup>40</sup> Rowe (2021).

<sup>41</sup> Rowe (2020b).

<sup>42</sup> Rowe (2020a).

<sup>43</sup> Waldhorn, Autric (2023).

## 10.2. Animais na natureza

Não há estatísticas sobre o número de animais na natureza que morrem anualmente em decorrência dos processos naturais. Mas, para termos uma ideia da diferença de proporção, podemos fazer uma comparação com as populações em um dado momento.

- A população total de animais sencientes na natureza em um dado momento estaria, de acordo com certas estimativas, entre 1 a 10 quintilhões de indivíduos<sup>44</sup>.
- Comparemos, por exemplo, com a população mundial em um dado momento de animais criados como estoque para serem explorados (uma população total de 434 bilhões):
  - Vertebrados terrestres: 24 bilhões<sup>45</sup>.
  - Peixes: 180 bilhões<sup>46</sup>.
  - Camarões: 230 bilhões<sup>47</sup>.
  - Total: 434 bilhões.

O quão maior é 1 a 10 quintilhões em comparação a 434 bilhões? Esses números são tão enormes que é difícil visualizar a diferença. Por isso, para entendermos é útil fazer uma analogia com o período de um ano. A soma das populações de animais criados para serem explorados representaria no máximo 14 segundos do ano. Todo o restante do ano (364 dias, 23 horas, 59 minutos e 46 segundos) seriam os animais na natureza. Isso nos dá uma dimensão aproximada do quão grande é a quantidade de animais na natureza. Como vimos, a vasta maioria desses animais têm vidas nas quais predomina largamente o sofrimento.

## 10.3. O futuro

Esses números, tanto dos animais prejudicados por práticas humanas quanto dos prejudicados por processos naturais, podem vir a ser astronomicamente maiores no futuro. Por isso, nos últimos anos vêm crescendo o debate sobre a importância de como nossas decisões afetam o futuro em longo prazo, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>44</sup> Ver National Museum of Natural History & Smithsonian Institution (2008) e Tomasik (2019a).

<sup>45</sup> Tomasik (2019).

<sup>46</sup> Fishcount (2019b).

<sup>47</sup> Waldhorn, Autric (2023).

## 11. Conceitos centrais no debate sobre a importância do futuro

### 11.1. O que são riscos-s?

Na atualidade, um número enorme de animais sofre intensamente, e em muitos casos, de formas que não existiam no passado. Da mesma maneira, no futuro é possível que surjam novas formas de prejudicar os seres sencientes de forma massiva, em uma escala astronomicamente maior do que a do sofrimento existente na atualidade. Um conceito central nesse debate é o de *riscos-s*<sup>48</sup>:

- *Riscos-s*: riscos de que no futuro ocorram eventos que resultem em sofrimento de magnitude gigantesca, que excede o sofrimento existente na Terra até agora<sup>49</sup>.

### 11.2. Diferenças entre riscos-s e riscos-x

*Riscos-x* são sobre riscos de aniquilação da humanidade. *Riscos-s* são sobre cenários com sofrimento astronômico. Há riscos-s que não são riscos-x, pois há formas de sofrimento sobre seres sencientes não humanos que não ameaçam a humanidade<sup>50</sup>.

### 11.3. Como medir a seriedade de um risco-s?

A seriedade de um risco-s é medida multiplicando-se *o quão ruim seria o cenário* pela sua *probabilidade de ocorrer* (o resultado é o seu *desvalor esperado*, ou DE)<sup>51</sup>.

A tabela a seguir mostra alguns exemplos de riscos-s.

---

<sup>48</sup> Este é o tema do [Volume IX desta coleção](#). Sobre riscos-s, ver Baumann (2017, 2022); Daniel (2017) e Tomasik (2015, 2019.).

<sup>49</sup> [IX](#), cap. [1.2](#).

<sup>50</sup> [IX](#), cap. [1.3](#).

<sup>51</sup> [IX](#), cap. [1.4](#).



#### 11.4. Exemplos de riscos-s

Exemplos de riscos-s	
Exemplo	Explicação
Aumento da exploração animal (IX, cap. <a href="#">1.8.1</a> ).	Exemplos: (1) Expandi-la em escala (isto é, afetar um maior número de seres sencientes). (2) Torná-la qualitativamente pior (isto é, aumentar os danos sofridos por cada animal). (3) Criar novas formas pelas quais ela possa acontecer.
Expansão do sofrimento dos animais selvagens (IX, cap. <a href="#">1.8.2</a> ).	Pode ocorrer devido a um aumento do número de animais na Terra ou devido à propagação intencional ou acidental da vida para fora dela <sup>52</sup> .
Criação de novas formas de senciência (IX, cap. <a href="#">1.8.3</a> ).	Um exemplo seria a criação de formas de senciência não biológicas. Tais seres, apesar de sencientes, poderão não ter rostos, e nem se movimentar ou gritar. Então, poderá ser difícil ter empatia por eles. Também pode acontecer de uma entidade digital ser senciente e nós não percebermos. Quantidades enormes desses seres podem vir a existir no futuro, pois criá-los para certas finalidades poderia envolver menos custos do que criar seres sencientes biológicos.

#### 11.5. Os conceitos de especismo e de substratismo

Assim como o [especismo](#) é a discriminação baseada na espécie a qual alguém pertence, o [substratismo](#) é a discriminação baseada no tipo de substrato que compõe o corpo do ser (por exemplo, se é orgânico ou não orgânico). Assim como o *antropocentrismo* é uma forma de *especismo* (contra quem não pertence à espécie humana), o *carbonismo* é uma forma de *substratismo* (contra quem não é orgânico). O substratismo, tanto quanto o especismo, pode produzir sofrimento em quantidades astronômicas no futuro<sup>53</sup>. Por isso é importante enfatizar que os animais devem ser considerados porque são sencientes (e não, porque são animais ou porque são seres vivos), e que isso implica em considerar outros seres sencientes não orgânicos, caso vierem a existir.

---

<sup>52</sup> Para exemplos de projetos de expansão da vida para fora da Terra, ver Meot-Ner e Matloff (1979) e Burton (2004). Para uma crítica a essas práticas, do ponto de vista dos riscos-s, ver O'Brien (2022).

<sup>53</sup> Sobre isso, ver Tomasik (2015).

## 11.6. Classificação dos riscos-s

Riscos-s podem ser classificados quanto a vários aspectos<sup>54</sup>. Eis alguns exemplos:

Classificação dos riscos-s de acordo com a maneira como surgem <sup>55</sup>		
Tipo	Ocorrem...	Exemplos
<i>Incidentais</i>	Quando formas de alcançar certa meta geram bastante sofrimento, mas sem o sofrimento ser almejado por si. Os agentes podem até preferir uma alternativa sem sofrimento, mas não estar dispostos a pagar os custos.	Sufrimento como efeito da alta produtividade (como na pecuária industrial) ou para obter informações (como na experimentação animal).
<i>Agenciais</i>	Quando o agente deseja causar o dano enquanto fim.	Agentes sádicos ou dano como efeito de sentimentos de ódio entre grupos.
<i>Naturais</i>	Surgem sem ação de agentes.	Sufrimento decorrente do modo como acontecem os processos naturais.

Exemplos de outras classificações de riscos-s <sup>56</sup>	
Classificação	Explicação
<i>Conhecidos e desconhecidos</i>	Dependem de se conseguimos imaginá-los atualmente ou não (assim como os medievais não imaginariam que surgiria a bomba atômica, por exemplo).
Riscos-s desconhecidos de acordo com a maneira como surgem	
<i>Incidentais</i>	Quando mecanismos não conhecidos conduzirão a riscos-s incidentais.
<i>Agenciais</i>	Pode ser que os agentes venham a ter no futuro razões para causar dano, que ainda não conhecemos.
<i>Naturais</i>	Pode ser que o universo já contenha muito mais sofrimento do que se imagina.

<sup>54</sup> Essas classificações seguem as classificações de Baumann (2022, p. 13-19).

<sup>55</sup> IX, cap. 1.6.

<sup>56</sup> IX, cap. 1.7.

## 12. Identificando fatores de risco para os riscos-s

Uma das objeções à preocupação com os riscos-s é a dificuldade em estimarmos as consequências de longo prazo de nossas decisões. Uma resposta a essa objeção é apontar para a possibilidade de se investigar *fatores de risco*, que não são eles próprios riscos-s, mas aumentam muito as chances ou a severidade dos mesmos<sup>57</sup>. O conceito de fator de risco já é muito utilizado na medicina. Por exemplo, se alimentar mal e não fazer exercícios não são, em si, doenças, mas aumentam muito a probabilidade de várias doenças, ainda que não as impliquem necessariamente. Para saber que é bom evitar esses fatores de risco não é necessário saber como será a trajetória de saúde de cada indivíduo. Similarmente, mesmo que seja difícil estimar como será o futuro em longo prazo, podemos tentar identificar fatores de risco para os riscos-s e as ações que contribuiriam para evitá-los.

Alguns fatores de risco para os riscos-s	
•	Desconsideração por seres sencientes não humanos.
•	Desconsideração por seres sencientes não biológicos.
•	Demanda por produtos e serviços cuja produção prejudica seres sencientes.
•	Expansão humana e aumento do poder tecnológico.
•	O progresso tecnológico é muito mais rápido do que o progresso moral.

A seguir estão outros exemplos e a explicação do porquê são fatores de risco:

Fator	Por que é um fator de risco
Tecnologia avançada (IX, cap. 8.2.)	Muitos riscos-s só são possíveis por conta de novas tecnologias. Exemplos: (1) Criar seres sencientes digitais poderia resultar em quantidades enormes de sofrimento por conta da desconsideração por seres sencientes não biológicos. (2) A colonização espacial pode multiplicar vastamente a população de seres sencientes, que estariam sujeitos às decisões dos agentes e aos processos naturais. Há entre 100 e 400 bilhões de estrelas em nossa galáxia, e entre 100 e 200 bilhões de galáxias no universo. Sem colonização espacial, o sofrimento ficaria limitado ao da Terra (que já é enorme, mas minúsculo comparado ao que poderia surgir).

<sup>57</sup> Ver IX, cap. 8. Ver também Baumann (2022, p. 49-56).

Aversão à tecnologia (IX, cap. 8.3).	A tecnologia também oferece oportunidades para redução de sofrimento. Se fosse interrompido o progresso tecnológico, isso impediria o surgimento de riscos-s causados por humanos, mas não os riscos-s naturais (e também faria não haver tecnologia para impedir esses outros riscos-s).
Falta de esforços para reduzir riscos-s (IX, cap. 8.5).	Só podemos prevenir riscos-s se houver pessoas o suficiente se importando com isso. Talvez não seja necessário um número enorme de pessoas. Mesmo que esse número não seja muito grande, essas pessoas podem tentar compromissos com pessoas que possuem outros focos (mas que não são contrárias a prevenir riscos-s), e tentar fazer com que pessoas que possuem mais recursos, poder ou influência venham a querer prevenir riscos-s.
Esforços ineficazes para reduzir riscos-s. (IX, cap. 8.6).	Ter a vontade de reduzir os riscos-s não é o bastante. É preciso que os esforços sejam bem planejados. Alguns riscos relacionados a essas possibilidades são: (1) Se a causa pela redução dos riscos-s ficar associada a ideias muito controversas, isso pode gerar uma forte rejeição. (2) É possível que os decisores relevantes queiram prevenir riscos-s, mas as instituições políticas sejam ineficazes ou haja problemas de cooperação. (3) Pode ser que os decisores não percebam certos risco-s em estágios iniciais e, quando perceberem, já seja tarde demais.
Polarização conflito e hostilidade (IX, cap. 8.7 e 11).	A polarização em larga escala deixa pouco espaço para reflexão (sobre riscos-s ou qualquer outra coisa) e para compromissos mútuos. Ela também tem o potencial de resultar em conflitos e até mesmo em guerras, o que aumenta as chances de riscos-s agenciais.
Falta de segurança contra agentes malévolos (IX, cap. 8.8).	Indivíduos malévolos colocam sérios riscos quando alcançam posições de poder, o que não é incomum, pois possuem um desejo forte por poder e sua personalidade dá vantagens nessa busca. Esses riscos são aumentados se esses agentes tiverem acesso à tecnologia avançada. Há possíveis cenários futuros onde formas de contenção desses agentes (como leis e normas morais) poderiam ser ineficazes ou insuficientes (por exemplo, em um futuro com IA autônomas e poderosas, e/ou com a colonização espacial).

Assim como no contexto médico, essas catástrofes tem maior probabilidade de ocorrerem se vários fatores de risco coincidirem. Também as possibilidades de preveni-las aumentam se coincidem várias formas de prevenção. Falaremos das formas de prevenção a seguir.

### 13. Estratégias longoprazistas: amplas e direcionadas

Se nosso objetivo é que nossas decisões tenham o melhor impacto para todos os seres sencientes, precisamos levar em conta o seu impacto no longo prazo<sup>58</sup>. Em relação a isso, existem dois grupos principais de estratégias longoprazistas: amplas e direcionadas.

Estratégia	Ampla	Direcionada
<b>De que consiste</b>	Tentar ter o melhor impacto possível em uma grande diversidade de cenários.	Tentar ter o melhor impacto possível em cenários específicos.
<b>Vantagem</b>	Terão um impacto positivo em muitíssimos cenários, talvez em quase todos.	Podem ter um impacto muito grande se ocorrer o cenário que elas tratam.
<b>Desvantagem</b>	Esse impacto é mais reduzido do que o das estratégias direcionadas quando acontece o cenário para o qual elas são planejadas.	Podem ter um impacto muito reduzido ou mesmo nulo se acontecem outros cenários.

Os quadros a seguir mostram alguns exemplos de estratégias amplas e direcionadas:

Exemplos de estratégias amplas	
Tipo	Exemplo
Aumentar a consideração pelos seres sencientes. (IX, cap. 9.3.1).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Defender a consideração moral de todos os seres sencientes (focando nos mais negligenciados, como os animais aquáticos e invertebrados, e as novas formas de senciência que podem vir a surgir no futuro).</li><li>• Abordar todas as causas de dano para os seres sencientes (quer as causadas pela sua exploração, quer às devidas à sua situação no mundo selvagem em decorrência de processos naturais, quer outras que possam vir a existir no futuro).</li><li>• Promover mudanças institucionais que reforcem as mudanças de atitude conseguidas e dificultem futuras regressões.</li></ul>

<sup>58</sup> Isso vem sendo conhecido como longoprazismo. É o tema do [cap. 9 do Volume IX desta coleção](#). Para mais informações, sobre longoprazismo, ver Ética Animal (2018); Parfit (1984, p. 351-443); Beckstead (2013) e Greaves e Macaskill (2019).

Aumentar nossa capacidade de ação no futuro (IX, cap. 9.3.2).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Difundir a preocupação com o futuro em longo prazo e com os riscos-s, (isso fará com que mais pessoas venham a trabalhar nesses temas).</li> <li>• Tentar aumentar os recursos das pessoas interessadas em prevenir o sofrimento futuro.</li> <li>• Aumentar os nossos conhecimentos sobre longo prazo. Isso nos permitirá: (1) conhecer melhor como planejar as estratégias; (2) identificar estratégias ainda não consideradas e (3) elucidar, dentre as estratégias disponíveis, quais têm um maior potencial.</li> </ul>
---	---

Exemplos de estratégias direcionadas	
Tipo	Exemplo
Foco em evitar a exploração animal (IX, cap. 9.4.1).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção de novas formas de exploração animal (por exemplo, mediante a proibição de novas formas de exploração de invertebrados para consumo).</li> <li>• Desenvolvimento de proteínas e de materiais de origem não animal para que substituam os de origem animal.</li> <li>• Tentar prevenir que a inteligência artificial seja utilizada para melhorar a eficiência da exploração animal.</li> </ul>
Foco em evitar o sofrimento dos animais selvagens (IX, cap. 9.4.2).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar e consolidar o campo da biologia do bem-estar<sup>59</sup>.</li> <li>• Estabelecer regulamentação da exploração espacial de maneira que evite a expansão intencional ou acidental de vida para fora do planeta Terra (mesmo da vida não senciente, pois esta poderia depois de muito tempo evoluir gerando seres sencientes).</li> </ul>
Foco na consideração por novas formas de senciência (IX, cap. 9.4.3).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tentar impedir a engenharia de novas formas de senciência, tanto biológica como não biológica.</li> <li>• Tentar garantir direitos legais para entidades sencientes não biológicas.</li> <li>• Buscar um alinhamento não antropocêntrico da inteligência artificial (isto é, fazer com que a inteligência artificial não tenha valores antropocêntricos).</li> </ul>

<sup>59</sup> A biologia do bem-estar é a área que estudaria como os animais em seus ambientes são afetados do ponto de vista do seu bem-estar (e não do ponto de vista da conservação de espécies ou ecossistemas). Sobre biologia do bem-estar, ver Faria e Horta (2020) e Soryl et. al. (2021). Ver também VII, cap. 27.

## Precauções ao se escolher estratégias longoprazistas

Vimos alguns exemplos de estratégias para prevenir o sofrimento em longo prazo. A seguir, estão algumas precauções que devemos tomar ao escolhê-las<sup>60</sup>:

Risco	Precaução
Subestimar a complexidade da questão	Dada a incerteza sobre o futuro, lembrar que provavelmente não há uma resposta única e conclusiva.  Devemos nos manter sempre abertos a revisar nossas crenças sobre quais as melhores estratégias, e estarmos preparados para mudar de estratégia caso necessário.
Vieses cognitivos podem nos levar a confiar demais em certas abordagens e a descartar prematuramente outras. Temos a tendência de negligenciar os possíveis efeitos negativos das abordagens com as quais simpatizamos inicialmente e os possíveis efeitos positivos das abordagens com as quais não simpatizamos inicialmente.	Lembrar que podemos estar enviesados em nossas avaliações, cultivar a humildade epistêmica e buscar sempre novas informações.
Certas abordagens possuem um alto risco de fazer com que pessoas que possuem outras prioridades rejeitem reduzir os riscos-s	É melhor defender metas que podem ser aceitas por um leque amplo de perspectivas.

Veremos mais sobre este último ponto na seção a seguir.

---

<sup>60</sup> Este tema é tratado no [item 9.5 do Volume IX](#) desta coleção.



## 14. Mudando o debate público e as instituições políticas

A seguir, o termo *política* será utilizado em um sentido amplo, englobando tanto as *instituições* quanto o *debate público*. Uma política disfuncional pode incentivar a polarização, impedir esforços para reduzir riscos-s, aumentar o risco de agentes malévols chegarem ao poder e, no extremo, pode até mesmo impedir a discussão sobre qualquer questão ética<sup>61</sup>.

Assim sendo, tentar melhorar a política (tanto em termos de instituições quanto em termos do nível do debate público) é crucial para evitar os riscos-s. A seguir estão algumas estratégias nesse sentido.

Estratégias para melhorar o debate público e as instituições	
Estratégia	Explicação
Pensar em termos de nuance – e não em termos de "0 ou 1", "nós x eles" etc. (IX, cap. 11.3, 11.4)	Se tentarmos pensar em termos de pontos positivos e negativos de cada perspectiva, e pensarmos em termos de <i>graus de confiança</i> em vez de <i>certezas rígidas</i> , podemos evitar uma mentalidade do tipo "0 ou 1", "nós e eles" etc. O tribalismo cria uma aparência de grande discordância mesmo quando a discordância é limitada. Reduzir o tribalismo abre as portas para a cooperação e compromissos mútuos.
Discutir o argumento, seja lá quem deu o argumento. Isto é, evitar as falácia <i>ad hominem</i> e <i>apelo à autoridade</i> . (IX, cap. 11.4).	A tendência geral é a de que, se quem deu o argumento pertence ao "nosso lado" ou ao grupo que queremos defender, o seu argumento é aceito, mesmo que não tenha razão, e se pertence ao "outro lado", é rejeitado, mesmo que o argumento seja sólido e aponte um problema sério com nossa visão. Essa tendência tem impedido o debate sério sobre qualquer questão, mesmo nos meios acadêmicos. Uma maneira de evitar essa tendência é discutir os argumentos sem saber quem são seus proponentes (ou, se isso não for possível, tentar imaginar o que pensaríamos se não soubéssemos).
Honestidade intelectual (IX, cap. 11.4).	Discutir os argumentos de maneira séria e intelectualmente honesta, sem distorcer a posição e os argumentos de quem discorda, e reconhecendo que podemos estar enganados quanto a muitas coisas.

<sup>61</sup> Para uma discussão detalhada sobre esse tópico, ver Baumann (2022, p. 65-76) e Vinding (2022).

<p>Adotar uma abordagem abrangente. (VIII, cap. 5; IX, cap. 11.5).</p>	<p>Consiste em enfatizar que as metas que queremos alcançar podem ser aceitas mesmo que as pessoas discordem de nós em outros pontos. Isso diminui a polarização (pois mostra que, apesar das divergências, pode haver metas comuns). Metas como a consideração por todos os seres sencientes, a prevenção dos riscos-s e do sofrimento dos animais selvagens, e a rejeição do especismo e do substratismo podem ser aceitas sem termos de aceitar uma visão específica, seja em ética ou política. Enfatizar isso aumenta o potencial de aceitação dessas metas por parte de pessoas das mais variadas posições éticas e políticas. Outro exemplo: melhorar a cultura política e as instituições é bom não apenas para reduzir os riscos-s, mas para várias outras metas (o que aumenta a probabilidade de cooperação).</p>
<p>Proteger a democracia. (IX, cap. 11.6).</p>	<p>A democracia previne que um único indivíduo consiga muito poder, e então, reduz a influência de agentes malévolos. Em termos de riscos-s, é mais importante evitar catástrofes institucionais do que tentar alcançar as melhores instituições possíveis. Por exemplo, em termos de riscos-s, a diferença entre uma democracia e um regime totalitário é muito maior do que entre uma democracia funcional e uma democracia falha. As democracias liberais modernas oferecem proteção aos direitos humanos e liberdades civis, como a liberdade de expressão, que são uma precondição para se levantar preocupações éticas.</p>
<p>Representação política de todos os seres sencientes. (IX, cap. 11.6).</p>	<p>Tentar instituir representantes para seres sencientes que não podem representar a si próprios (como os animais não humanos e os seres sencientes futuros, sejam eles futuros animais ou possíveis seres sencientes em meios digitais).</p>
<p>Por que uma pequena melhora já faria grande diferença. (IX, cap. 11.7).</p>	<p>A situação atual (das instituições e do debate público) é tão ruim que uma melhora marginal já seria muito benéfica. É realista esperar sermos menos enviesados e tribais, que as instituições funcionem melhor, e que nos baseemos mais em valores refletidos e evidências, mesmo que não consigamos mudar a maior parte do cenário Melhoras modestas e contínuas podem, depois de um tempo longo o suficiente, fazer uma grande diferença.</p>

## 15. Debates sobre estratégias de ativismo

Outro tópico cuja discussão tem crescido bastante nos últimos anos é sobre a eficiência de diferentes tipos de estratégias na defesa dos animais<sup>62</sup>. O quadro a seguir exemplifica alguns debates sobre o grau de eficiência de diferentes estratégias de ativismo. Importante: esse debate não é necessariamente sobre “essa ou aquela estratégia?”. Pode ser sobre *o quanto* focar em uma ou em outra. Outra discussão adicional é se seria melhor todas as pessoas focarem em certas estratégias (e focarem ou não sempre na mesma), ou ter pessoas diferentes focando em estratégias diferentes, e compensar de acordo com o quão pouco uma estratégia foi tentada.

Alguns debates sobre várias estratégias de ativismo		
O que está em questão	Principal argumento das posições em conflito	
<a href="#">Devemos focar em defender o veganismo ou a redução do consumo?</a> (VIII, cap. 9).	<i>Pró foco na redução.</i> Pode ser mais fácil conseguir que muito mais pessoas reduzam o consumo do que aceitarem se tornar veganas. Muito mais pessoas fazendo menos pode ter um impacto melhor para os animais do que poucas pessoas fazendo muito.	<i>Pró foco no veganismo.</i> Defender a redução pode passar a impressão de que a exploração animal está correta. Mesmo se menos pessoas aderirem ao veganismo do que à redução, pode ser que o impacto total seja melhor para os animais, se essas pessoas forem mais engajadas no ativismo.
<a href="#">Devemos defender a reforma da exploração animal para que os animais sofram menos ou apenas sua abolição?</a> (VIII, cap. 10,11)	<i>Pró reforma.</i> Regular a exploração animal pode diminuir o sofrimento dos animais explorados e pode ajudar a aboli-la gradualmente, pois pode fazer com o que público se torne cada vez mais preocupado com o que acontece com os animais.	<i>Contra reforma.</i> Como os animais são itens de propriedade, as leis que exigem que sofram menos dificilmente terão efeito se reduzirem os lucros. O público pode pensar equivocadamente que eles estão a sofrer menos, e isso pode aumentar a demanda e, então, aumentar o número de animais explorados

<sup>62</sup> Para um resumo detalhado destes e de outros debates, ver Reese (2019).

<p><u>No ativismo contra o consumo de animais, devemos focar no dano para os animais, ou também devemos falar de impactos ambientais e riscos para a saúde (isto é, argumentos indiretos)?</u> (VIII, cap. 4).</p>	<p><i>Pró argumentos indiretos.</i> Para os animais, não importa o motivo, importa que as pessoas parem de explorá-los. Além disso, muitas pessoas defendem a exploração animal não porque acreditam que ela seja justa, mas porque gostam do sabor da comida de origem animal. Assim, se abandonarem o consumo de animais, seja lá por que motivo for, será mais fácil que depois se posicionem contra a exploração animal.</p>	<p><i>Contra argumentos indiretos.</i> Motivos diferentes têm consequências diferentes para os animais. Argumentos indiretos podem reforçar que o dano para os animais não é suficiente para que a exploração animal seja injusta. Além disso, apelar a argumentos antropocêntricos e ambientalistas pode reforçar essas visões e tornar mais difícil que as pessoas se preocupem com outros danos ainda maiores para os animais (como no caso dos animais na natureza e os riscos-s<sup>63</sup>).</p>
<p><u>Ao falar dos seres sencientes, devemos falar somente sobre os não humanos, ou de problemas humanos também?</u> (VIII, cap., 4,6,8)</p>	<p><i>Pró foco amplo.</i> Abordar problemas humanos pode fazer com que outros movimentos sociais aceitem melhor o movimento de defesa dos animais, por perceberem que há metas comuns (a consideração por todos os seres sencientes).</p>	<p><i>Pró foco nos animais.</i> A vasta maioria das pessoas já foca em problemas humanos e negligencia a situação dos animais. Por isso, há razões para enfatizar a situação dos animais, uma vez que os recursos para a causa animal são muito mais limitados e ela é muito mais negligenciada.</p>
<p><u>Foco em mudança social ou tecnológica?</u> (VIII, cap. 7, 12, IX, cap. 9).</p>	<p><i>Pró mudança tecnológica.</i> Certas tecnologias podem tornar obsoleto o uso de animais (por exemplo, carne celular), e isso pode beneficiar os animais mesmo que as pessoas não os considerem.</p>	<p><i>Pró mudança social.</i> O que irá determinar se a tecnologia será utilizada para causar sofrimento ou para preveni-lo são os valores que as pessoas cultivam.</p>

<sup>63</sup> Há um estudo que sugere que as pessoas que deixam de consumir produtos de origem animal por razões ambientalistas se tornam mais resistentes à proposta de ajudar os animais na natureza. Ver Greig (2017).

<a href="#"><u>Focar na população em geral ou em pessoas com influência e poder?</u></a>	<i>Pró foco em pessoas com influência e poder.</i> Um menor número dessas pessoas pode ter um impacto maior do que o impacto de uma maioria.	Pró foco na população em geral. A maioria das mudanças precisará do apoio de um grande número de pessoas (sejam mudanças sociais ou institucionais).
<a href="#"><u>Focar em mudanças de comportamento ou de atitude?</u></a>	<i>Pró mudança de comportamento.</i> Mudanças práticas engajam mais. Estas também podem quebrar a resistência à mudança de atitudes.	<i>Pró mudança de atitude.</i> É difícil as pessoas mudarem o seu comportamento em relação aos animais se elas não mudarem o que elas pensam sobre eles.
<a href="#"><u>O quão controversa/complacente deve ser a abordagem?</u></a>	<i>Pró ação controversa.</i> A ação controversa chama a atenção para o problema.	<i>Contra ação controversa.</i> A ação controversa pode gerar rejeição.
<a href="#"><u>Focar em mudanças sociais ou em mudanças institucionais?</u></a>	<i>Pró foco em mudanças institucionais.</i> A maioria dos movimentos sociais que cresceram (como o ambientalismo por exemplo) o fizeram buscando por mudanças institucionais. Além disso, para uma mudança institucional ter efeito, é preciso convencer menos pessoas do que para uma mudança social ter efeito. Por fim, focar em mudanças institucionais enfatiza que não é uma questão de "decisão pessoal", e sim, que deveria haver leis obrigando todos a respeitarem os animais.	<i>Pró foco em mudanças sociais.</i> Como os animais são propriedade perante a lei, é difícil conseguir uma mudança institucional que de fato os proteja. O que teria de ser feito é retirá-los da categoria de itens de propriedade. Mas, para que isso ocorra, é necessário que muitas pessoas reivindiquem tal mudança. Assim, a mudança social é necessária para a mudança institucional. Além disso, para que mudanças institucionais de fato sejam cumpridas, é necessária uma mudança na forma como as pessoas consideram os animais.

## 16. Avaliando diferentes estratégias

Existem metacritérios que poderiam ser utilizados para avaliar diferentes estratégias<sup>64</sup>? Com base na fundamentação teórica que vimos no capítulo 9, podemos derivar alguns metacritérios. Por exemplo, podemos sempre perguntar, para cada estratégia:

- Ela ataca a causa do problema ou somente seus sintomas?
- Qual o seu potencial de prevenir risco de retrocessos?
- O quão muito/pouco já foi tentada?
- Se já foi tentada, qual seu histórico de implementação?
- Quantos animais ela potencialmente beneficiaria?
- O quanto cada animal afetado seria beneficiado?
- Qual seu potencial para facilitar mudanças posteriores?
- Qual o tamanho do risco de desdobramentos negativos?
- Qual seu custo/benefício?
- Corre o risco de produzir ganhos baixos ou mesmo nenhum?
- Qual o tamanho do saldo positivo esperável ao longo do tempo.
- Potencial de aceitação/rejeição.
- Qual seu grau de alinhamento/conflito com outras metas?
- Facilidade/dificuldade de implementação
- Qual o grau de expectativa quanto ao seu sucesso?
- Para obter sucesso, depende de outras estratégias serem efetivadas?

Alguns desafios para desenvolvimentos posteriores seriam os seguintes:

(1) Teria de ser investigado se todos os parâmetros acima deveriam ser incluídos ou não, e se há outros parâmetros importantes que deveriam ser acrescentados à lista acima.

(2) Teria de ser investigado se é possível oferecer um resultado geral, em termos do quão mais/menos promissora uma estratégia é em relação à outra, levando em conta todos os parâmetros em conjunto, ou se é possível fazer tal avaliação apenas em relação a cada

---

<sup>64</sup> Para uma abordagem desse tipo, com metacritérios para avaliar as diferentes estratégias para mudar a situação dos animais selvagens, ver Rodrigues (2025).

parâmetro separadamente, não sendo possível comensurá-los.

(3) Caso se almeje produzir uma comparação geral comensurando os diversos parâmetros, teria de ser investigado se todos os parâmetros devem ter o mesmo peso, ou se há alguns que deveriam pesar mais do que outros (e, em caso positivo, qual deveria ser o peso relativo uns aos outros). Também teria de ser investigado se esse peso seria fixo ou variável e, caso for variável, de que modo deveria variar<sup>65</sup>.

(4) Investigar a possibilidade de obtenção de dados objetivos em relação à pontuação de cada tipo de estratégia em relação a cada parâmetro.

## **17. Conclusão**

Nesse material tentamos apresentar um panorama geral das principais questões discutidas na área de ética animal. Obviamente, por questões de espaço muitas questões importantes foram deixadas de fora. Acreditamos, contudo, que o material oferece uma boa base introdutória para quem quiser posteriormente se aprofundar, ter fundamentos sólidos para entender melhor essas e outras questões.

---

<sup>65</sup> Essas questões foram abordadas em detalhes no [Volume XI](#), cap. [1.6](#) e [7](#).



## REFERÊNCIAS

BAUMANN, T. [S-risks: An introduction](http://s-risks.org/intro/). *Reducing Risks of Future Suffering: Toward a responsible use of new technologies*, 2017. Disponível em: <http://s-risks.org/intro/>. Acesso em: 15 fev. 2019;

BAUMANN, T. *Avoiding the worst final: how to prevent a moral catastrophe*. Center for Reducing Suffering, 2022.

BECKSTEAD, N. *On the overwhelming importance of shaping the far future*. Tese (Doutorado em Filosofia). New Brunswick: Rutgers University, 2013.

BALDNER, K. Realism and Respect. *Between the Species*, v. 6, n. 1, p. 1-7, 1990.

BONNARDEL, Y. [Contra o apartheid das espécies](#). *Les cahiers antispécistes*, v. 14, 1996.

BOVENKERK, B.; STAFLEU, F.; TRAMPER, R.; VORSTENBOSCH, J.; BROM, F. W. A. To act or not to act? Sheltering animals from the wild: A pluralistic account of a conflict between animal and environmental ethics. *Ethics, Place and Environment*, v. 6, p. 13-26, 2003.

BURTON, K. [NASA Presents Star-Studded Mars Debate](#). *NASA*, 25 mar. 2004.

CALLICOTT, J. B. Animal Liberation: A Triangular Affair. *Environmental Ethics*, v. 2, n. 4, p. 311-338, 1980.

CARRUTHERS, P. *The animal issue: Moral theory in practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CIGMAN, R. Death, Misfortune and Species Inequality. *Philosophy & Public Affairs*, v. 10, n. 1, p. 47-64, 1981.

CLEMENT, G. [The Ethic of Care and the Problem of Wild Animals](#). *Between the Species*, v. 13, n. 3, 2003.

COWEN, T. Policing nature. *Environmental Ethics*, v. 25, p. 169-182, 2003.

CUNHA, L. C. A igualdade, suas várias interpretações, e a ética interespécies. In: BARBOSA-FOHRMANN, A. P.; LOURENÇO, D. B.; AUBERT, A. C. P. (orgs.). *Estudos e direitos dos animais: teorias e desafios*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022b, p. 104-128.

CUNHA, L. C. *Razões para ajudar: o sofrimento dos animais selvagens e suas implicações éticas*. Curitiba: Appris, 2022a.

CUNHA, L. C. *Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente*. Curitiba: Appris, 2021.

DANIEL, M. [S-risks: Why they are the worst existential risks, and how to prevent them](#). *Foundational Research Institute*, [s.l.], 2017.

DICKENS, M. [Evaluation frameworks \(or: when importance / neglectedness / tractability doesn't apply\)](#). *Philosophical Multicore*, 10 jun. 2016.

DORADO, D. *El conflicto entre la ética animal y la ética ambiental: bibliografía analítica*. Tese (Doutorado em Biblioteconomia). Madrid: Universidad Carlos III, 2015.

EHNERT, J. *The argument from species overlap*. Blacksburg: Virginia Polytechnic Institute and State University, 2002.

ÉTICA ANIMAL. [A importância do futuro](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 24 out. 2018.

ÉTICA ANIMAL. *Introdução ao sofrimento dos animais selvagens*. Oakland: Ética Animal, 2023 [2020].

ÉTICA ANIMAL. [O desenvolvimento da senciência em animais juvenis](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 12 abr. 2022c.

ÉTICA ANIMAL. [Senciência em invertebrados: uma revisão da literatura neurocientífica](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 20 ago. 2019.

EVERETT, J. Environmental ethics, animal welfarism, and the problem of predation: a Bambi Lover's respect for nature. *Ethics and Environment*, v. 6, n. 1, p. 42-67, 2001.

FARIA, C. *Animal Ethics Goes Wild: The Problem of Wild Animal Suffering and Intervention in Nature*. Tese (Doutorado em Filosofia). Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2016.

FARIA, C. Muerte entre las flores: el conflicto entre el ambientalismo y la defensa de los animales no humanos. *Viento Sur*, v. 125, p. 67-76, 2012.

FARIA, C.; HORTA, O. Welfare biology. In: FISCHER, B. (org.). *The routledge handbook Of animal ethics*. New York/London: Routledge - Taylor & Francis group, 2020, p. 455-66.

FISHCOUNT. [Fishcount estimates of numbers of individuals killed in \(FAO\) reported fishery production](#). *Fishcount: Reducing suffering in fisheries*, 2019a.

FISHCOUNT. [Numbers of farmed fish slaughtered each year](#). *Fishcount: Reducing suffering in fisheries*, 2019b.

GREAVES, H. & MACASKILL, W. [The case for strong longtermism](#). *Global Priorities Institute*, v. 7, set. 2019.

GREIG, K. [Effects of farmed animal advocacy messaging on attitudes towards policies and decisions affecting wild animal suffering](#). *Animal Charity Evaluators*, 05 abr. 2017.

GROFF, Z.; NG, Y. K. Does suffering dominate enjoyment in the animal kingdom? An update to welfare biology. *Biology & Philosophy*, v. 34, n. 40, p. 1-16, 2019.

HILLS, A. Utilitarianism, Contractualism and Demandingness. *Philosophical Quarterly*, [s.l.], v. 60, n. 239, p. 225-242, 2010.

HORTA, O. Animal Suffering in Nature: The Case for Intervention. *Environmental Ethics*,

n.39, 2017. p .261–79.

HORTA, O. Debunking the Idyllic View of Natural Processes: Population Dynamics and Suffering in the Wild. *Télos*, v. 17, p. 73-88, 2010b.

HORTA, O. Moral Considerability and the Argument from Relevance. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 31, n. 3, p. 369-388, 2018a.

HORTA. O. The Scope of the Argument from Species Overlap. *Journal of Applied Philosophy*, v. 31, p. 142-154, 2014.

HORTA, O. *Un desafío para la bioética: la cuestión del especismo*. Tese (Doutorado em Filosofia). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2007.

JOHANNSEN, K. *Wild Animal Ethics: The Moral and Political Problem of Wild Animal Suffering*. Abingdon: Routledge, 2020.

KIRKWOOD, J. K.; SAINSBURY, A. W. Ethics of Interventions for the Welfare of Free-living Wild Animals. *Animal Welfare*, v. 5, n. 3, p. 235-243, 1996.

MACHAN, T. Why Humans May Use Animals. *Journal of Value Inquiry*, v. 36, p. 9-14, 2002.

MCMAHAN, J. The Moral Problem of Predation. In: CHIGNELL, A.; CUNEO, T.; HALTEMAN, M. C. (org.). *Philosophy Comes to Dinner: Arguments About the Ethics of Eating*. London: Routledge, 2015. p. 268-294.

MEOT-NER, M.; MATLOFF, G. L Directed Panspermia: a Technical and Ethical Evaluation of Seeding the Universe. *Journal of the British Interplanetary Society*, v. 32, p. 419-23, 1979.

NATIONAL MUSEUM OF NATURAL HISTORY & SMITHSONIAN INSTITUTION. [Numbers of insects \(species and individuals\)](#). *Encyclopedia Smithsonian*, 2008.

O'BRIEN, G. D. [Directed Panspermia, Wild Animal Suffering, and the Ethics of World-](#)

[Creation](#). *Journal of Applied Philosophy*, v. 39, n. 1, 2022.

OUR WORLD IN DATA. [Number of animals slaughtered for meat, World, 1961 to 2018](#). *Our world in data*, [s.l.], 2018.

PARFIT, D. *Reasons and persons*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

RAUKKO, E. [The first-ever insect vaccine PrimeBEE helps bees stay healthy](#). *University of Helsinki*, 31 out. 2018.

REESE, J. [Summary of Evidence for Foundational Questions in Effective Animal Advocacy](#). *Sentience Institute*, 24 dez. 2019.

RODRIGUES, I. L. A. *O sofrimento dos animais selvagens: pensando em soluções*. 2025. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2025.

ROLLIN, B. *The unheeded cry: animal consciousness, animal pain and science*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

ROLSTON III, H. Respect for life: counting what Singer finds of no account. In: JAMIESON, Dale (org.). *Singer and His Critics*. Oxford: Blackwell, pp. 247-268, 1999.

ROWE, A. [Insects raised for food and feed — global scale, practices, and policy](#). *Rethink priorities*, 29 jun. 2020b.

ROWE, A. [Global cochineal production: scale, welfare concerns, and potential interventions](#). *Effective altruism forum*, 11 fev. 2020a.

ROWE, A. [Silk production: global scale and animal welfare issues](#). *Rethink priorities*, 19 abr. 2021.

ROWLANDS, M. *Animal rights: Moral, theory and practice*. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2009 [1998].

SANDERS, B. [Global Animal Slaughter Statistics And Charts](#). *Faunalytics*, 10 out. 2018.

SAPONTZIS, S. F. Predation. *Ethics and Animals*, v. 5, p. 27-38, 1984.

SAPONZTIS. J. Baird Callicott, 'Animal Liberation: A Triangular Affair' (Review of an Article From *Environmental Ethics* 4 (1980), Pp. 311-38). *Ethics & animals*, v. 5, n. 4, p. 113-121, 1984.

SCHUKRAFT, J. [Managed honey bee welfare: problems and potential interventions](#). *Rethink priorities*, 14 nov. 2019.

SCRUTON, R. *Animal rights and wrongs*. London: Metro, 1996.

SHELTON. J. A. Killing Animals That Don't Fit In: Moral Dimensions of Habitat Restoration. *Between the Species*, v. 13, n. 4, 2004.

ŠIMČIKAS, S. [Effective animal advocacy resources](#). *Rethink Priorities*, 24 out. 2019.

SIMMONS, A. Animals, Predators, the Right to Life and the Duty to Save Lives. *Ethics and the Environment*, v. 14, n. 1, p. 15-27, 2009.

SINGER, P. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1993].

SINGER, P. The significance of Animal Suffering. In: BAIRD, R. M.; ROSENBAUM, S. E. (orgs.). *Animal Experimentation: the Moral Issues*. New York: Prometheus Books, 1991, p. 56-66.

SORYL, A. A.; MOORE, A. J.; SEDDON, P. J.; KING, M. R. [The Case for Welfare Biology](#). *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 34, n. 7, 2021.

TAYLOR, P. *Respect for nature*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

TOMASIK, B. [How Many Animals are There?](#) *Essays on Reducing Suffering*, 07 ago. 2019.

TOMASIK, B. [Risks of astronomical future suffering](#). *Foundational Research Institute*, 02 jul. 2019.

TOMASIK, B. The Importance of Wild-Animal Suffering. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3, n. 2. p. 133-152, 2015a.

TOMASIK, B. [Why digital sentience is relevant to animal activists](#). *Animal Charity Evaluators*, 03 fev. 2015.

TORRES ALDAVE, M. The Case for Intervention in Nature on Behalf of Animals. A Critical Review of the Main Arguments against Intervention. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3, n. 1, p. 33-49, 2015.

VINDING, M. [Reasoned Politics](#). Copenhagen: Ratio Ethica, 2022.

WALDHORN, D. AUTRIC, E. [Shrimp: The animals most commonly used and killed for food production](#). *Rethink Priorities*, 11 ago. 2023.

ZIMMERMAN, M. E.; CALLICOTT, J. B.; SESSIONS, G.; WARREN, K. J.; CLARK, J. (orgs.). *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1993.